



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

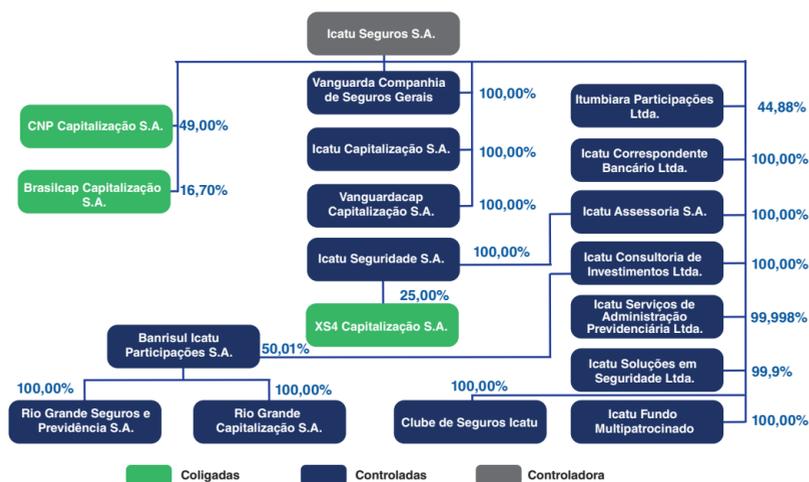
www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Relatório da administração
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Icatu Seguros S.A.** (Companhia), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas, dos relatórios dos auditores independentes e do resumo do relatório do Comitê de Auditoria.

Nessas Demonstrações, a Icatu Seguros S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:



2. Desempenho das operações de seguros e previdência complementar aberta

Durante o ano de 2022, a Companhia recuperou-se no segmento de Vida, com o arrefecimento da pandemia. Em contraste com a economia no país e no mundo, que não apresenta um bom momento, a Companhia vem crescendo, conforme explicações apresentadas na sequência:

2.1. Seguros

No ano de 2022, os prêmios emitidos foram de R\$ 2.792.260 (R\$ 2.334.328, em 2021), representando um aumento de 19,6%.

Os sinistros ocorridos foram de R\$ 1.088.303 (R\$ 1.297.706, em 2021) e se desconsiderarmos os efeitos da pandemia de COVID no ano de 2021, quando ainda eram relevantes, foram de R\$ 941.344. Isso remete a um índice de sinistralidade de 42,17% no ano de 2022 e de 62,5% no mesmo período do ano anterior, sendo 40,3% se desconsiderarmos os efeitos da COVID.

Os custos de aquisição foram de R\$ 849.201 (R\$ 674.470, em 2021), que representa um acréscimo de 25,9%. O índice de comissionamento ficou em 30,4%, no ano de 2022, e em 32,5% no ano anterior.

2.2. Previdência

Durante o ano de 2022, as receitas de contribuições de previdência (incluindo VGBL) foram de R\$ 3.573.295 (R\$ 2.977.872, em 2021), um acréscimo de 20,0%. Os custos de aquisição foram de R\$ 116.814 (R\$ 113.700, em 2021), representando um aumento de 2,7%. O índice de comissionamento ficou em 3,3% no ano de 2022, contra 3,8% no ano anterior.

Em 2022, os valores de portabilidade foram de (R\$ 1.068.602) (R\$ 1.813.869 em 2021), sendo R\$ 5.907.177 (R\$ 7.006.865 em 2021) de valores que ingressaram na Companhia, oriundos do mercado, e R\$ 6.975.779 (R\$ 5.192.996 em 2021) de valores que saíram da Companhia, para as concorrentes. Já os valores pagos em benefícios aos segurados foram de R\$ 3.378.334 em 2022 (R\$ 8.062.652 em 2021).

2.3. Despesas administrativas

No ano de 2022, as despesas administrativas foram de R\$ 434.047 (R\$ 336.186 em 2021), representando um aumento de 29,1%. No entanto, em 2022 essas despesas administrativas eram 16,8% dos prêmios ganhos e no ano anterior, 16,2%. A conta de despesas administrativas manteve-se estável, apesar dos investimentos em projetos importantes de inovação, como a implantação de um novo sistema financeiro integrado, a implementação do IFRS 17 - Insurance Contracts, o Sistema de Registro Operacional (SRO), o Open Insurance, entre outros.

2.4. Resultado financeiro e solvência

No ano de 2022, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 104.179 (R\$ 160.379 em 2021), sendo 4,0% dos prêmios ganhos (7,7% em 2021). A variação ocorreu por conta da queda dos índices de inflação em 2022, que proporcionou um rendimento menor nos títulos de renda fixa indexados ao IPCA e IGPM quando comparado a 2021. O aumento nas taxas de juros de curto e longo prazos também contribuiu impactando negativamente o valor dos títulos de renda fixa com componente pré-fixado.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e todas as suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 158.456, no ano de 2022, e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 112%.

3. Investimentos

3.1. CNP Capitalização S.A.

Conforme divulgado nas notas explicativas 11.2 e 28, a Companhia concluiu em 30 de janeiro de 2023 pela venda de nossa participação societária de 49% na CNP Capitalização S.A. para a CNP Assurace S.A. A venda foi formalizada em 13 de setembro de 2022 e teve as condições precedentes atendidas em janeiro de 2023 e por isso a operação foi concluída no mesmo mês. A Companhia destaca que essa operação não tem a ver com a participação societária que possui na XS4 Capitalização S.A. (Caixacap), joint venture com a Caixa Seguridade S.A. que tem a exclusividade nas vendas de produtos de capitalização na Caixa Econômica Federal S.A..

4. Política de Dividendos e Destinação do Lucro Líquido Anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido no ano	285.131	78.473
Constituição de reserva legal	(10.000)	(3.451)
Base para distribuição de dividendos	275.131	75.022
Dividendo mínimo obrigatório	68.783	18.756
Dividendos intermediários pagos	100.000	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-
Constituição de reserva especial de dividendos	-	-
Com lucros do exercício	-	75.022
Constituição de reserva estatutária	206.348	-
Baixa de reserva especial de dividendos	-	-
Com reserva especial de dividendos - dividendos de exercícios anteriores	31.217	-

Na Assembleia Geral Ordinária de março de 2022, os acionistas deliberaram, com base no Artigo 202, parágrafos 4º e 5º da Lei 6.404 de 1976, pela não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 18.756, destinando-os a uma reserva especial de lucros. Essa retenção tem o objetivo de manter a liquidez e a solvência da Companhia no patamar que a administração entende ser o ideal.

Nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2022 e de 2021.

5. ASG - Ambiental, Social e Governança

Em 27 de junho de 2022, foi emitida a Circular SUSEP nº 666, que passou a valer a partir de 01 de agosto de 2022, com prazos diferenciados de adequação que vão de 28 de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025 para o segmento (S2) que a Companhia está inserida. O processo de adequação da Companhia foi iniciado e no momento está sendo validada a minuta da política de sustentabilidade, além da finalização do diagnóstico e do acompanhamento das exigências regulatórias que serão cumpridas dentro dos prazos estipulados.

Durante o ano de 2022, a Companhia retornou a sociedade R\$ 1.055.114 em sinistros pagos (R\$ 1.229.048 em 2021), R\$ 190.563 (R\$ 147.787 em 2021) em verbas salariais aos colaboradores, R\$ 90.192 (R\$ 79.181 no ano anterior) pagos a serviços de terceirizados, R\$ 88.068 (R\$ 21.999 em 2021) em tributos indiretos e R\$ 87.564 (R\$ 93.758 em 2021) em tributos diretos.

O trabalho da Companhia com vistas para o capital humano proporcionou ao Grupo Icatu figurar pela oitava vez consecutiva, como uma das melhores empresas para trabalhar com sede no Rio de Janeiro, pelo Ranking *Great Place to Work* (GPTW) 2022, além de ter recebido o prêmio destaque saúde emocional.

Foi eleita pela quarta vez consecutiva como a melhor empresa em satisfação do cliente no segmento de seguros de vida, previdência e capitalização, de acordo com o Ranking 2022 do Instituto MESC, especialistas em gestão da satisfação do cliente, o levantamento recebeu mais de 30 mil opiniões de clientes nesse segmento.

Adicionalmente, foi eleita uma das 5 (cinco) empresas mais inovadoras no segmento de seguros e planos de saúde do Brasil, pelo ranking Valor Inovação Brasil 2022.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais, a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. O Grupo Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

6. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda presta serviços de auditoria contábil e atuarial externa à Companhia, relacionados aos exames de suas Demonstrações.

As seguintes empresas do Grupo Icatu são auditadas: Icatu Seguros S.A., Icatu Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A., Rio Grande Capitalização S.A., Vanguardacap Capitalização S.A. e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, semestralmente, e Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda; Banrisul Icatu Participações S.A., Icatu Consultoria de Investimentos S.A. e Icatu Assessoria S.A., anualmente.

7. Agradecimentos

A Icatu Seguros S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023.
A Administração

Balancos patrimoniais para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		
CIRCULANTE	48.530.164	45.073.957
Disponível	237.521	99.173
Caixa e bancos	226.219	94.565
Equivalente de caixa	Nota 5.1 11.302	4.608
Aplicações	Nota 5.1 47.426.183	44.304.117
Créditos das operações com seguros e resseguros	325.230	269.347
Prêmios a receber	Nota 6 257.940	208.405
Operações com seguradoras	10.957	9.996
Operações com resseguradoras	56.333	50.946
Créditos das operações com previdência complementar	313	158
Outros créditos operacionais	Nota 7 35.185	64.057
Ativos de resseguro	87.649	76.388
Títulos e créditos a receber	34.160	119.715
Títulos e créditos a receber	Nota 9 22.972	96.780
Créditos tributários e previdenciários	Nota 10.1 10.150	21.798
Outros créditos	1.038	1.137
Outros valores e bens	192.784	-
Despesas antecipadas	1.442	163
Custos de aquisição diferidos	189.697	140.839
Seguros	Nota 19 188.207	139.425
Previdência	Nota 20 1.490	1.414
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.718.817	3.771.178
Realizável a longo prazo	2.820.339	2.952.960
Aplicações	Nota 5 1.800.787	2.021.229
Ativos de resseguro	43.028	38.551
Títulos e créditos a receber	470.653	461.048
Créditos tributários e previdenciários	Nota 10.2 250.707	258.565
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 23.4 219.946	202.052
Outros créditos	-	431
Empréstimos e depósitos compulsórios	505	3.516
Despesas antecipadas	55	-
Outros valores e bens	308.983	290.791
Custos de aquisição diferidos	196.328	137.825
Seguros	Nota 19 188.855	130.598
Previdência	Nota 20 7.473	7.227
Investimentos	456.128	456.097
Imobilizado	40.065	43.565
Intangível	402.285	318.556
TOTAL DO ATIVO	52.248.981	48.845.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO		
CIRCULANTE	7.794.502	7.173.023
Contas a pagar	205.321	143.778
Obrigações a pagar	Nota 15 59.709	77.814
Impostos e encargos sociais a recolher	38.256	33.977
Encargos trabalhistas	14.171	13.644
Impostos e contribuições	Nota 16 18.308	2.873
Outras contas a pagar	74.877	15.470
Débitos de operações com seguros e resseguros	148.258	147.989
Prêmios a restituir	2.115	2.188
Operações com seguradoras	Nota 17 15.412	11.872
Operações com resseguradoras	Nota 17 43.864	54.547
Corretores de seguros e resseguros	Nota 17 86.175	78.753
Outros débitos operacionais	692	629
Débitos de operações com previdência complementar	900	728
Depósitos de terceiros	Nota 18 49.934	103.331
Provisões técnicas - seguros	4.731.907	4.346.952
Provisões técnicas - previdência complementar	2.630.890	2.397.817
Planos não bloqueados	141.406	129.687
PGBL/PRGP	2.489.484	2.268.130
Outros débitos	27.291	32.428
Passivo de arrendamento	Nota 11.1 27.291	32.428
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	42.641.577	40.088.731
Contas a pagar	202.847	190.828
Obrigações a pagar	Nota 15 24.417	27.091
Outras contas a pagar	Nota 23.3 178.430	163.737
Provisões técnicas - seguros	25.215.336	23.947.373
Provisões técnicas - previdência complementar	16.924.445	15.679.105
Planos não bloqueados	675.244	663.104
PGBL/PRGP	16.249.201	15.016.001
Outros débitos	298.949	271.425
Provisões judiciais	Nota 23.2 13.426	13.365
Passivo de arrendamento	Nota 11.1 285.523	258.060
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.812.902	1.583.381
Capital social	640.350	590.350
Aumento de capital social em aprovação	-	50.000
Reservas de capital	35.577	35.577
Reservas de lucros	1.207.998	1.022.867
Ajustes de avaliação patrimonial	(71.023)	(115.413)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52.248.981	48.845.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva de ágio na subscrição de ações	Outras reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	590.350	-	34.659	918	114.619	829.775	82.928	-	1.653.249
Aumento de capital em aprovação - AGE 31 de agosto de 2021	-	50.000	-	-	-	-	-	-	50.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários - Próprios	-	-	-	-	-	-	(85.461)	-	(85.461)
Ajustes com títulos e valores mobiliários - Coligadas e controladas	-	-	-	-	-	-	(112.880)	-	(112.880)
Reserva especial de dividendos para 2020	-	-	-	-	-	(277.753)	277.753	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	78.473	78.473
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	3.451	-	-	(3.451)
Constituição da reserva especial para dividendos referente ao exercício de 2021	-	-	-	-	-	-	75.022	-	(75.022)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	590.350	50.000	34.659	918	118.070	552.022	352.775	(115.413)	-
Aumento de capital aprovado em AGE em 31/08/21 - Portaria SUSEP/CGRAJ Nº 652, de 07/03/2022	50.000	(50.000)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários - Próprios	-	-	-	-	-	-	(15.325)	-	(15.325)
Ajustes com títulos e valores mobiliários - Coligadas e controladas	-	-	-	-	-	-	59.715	-	59.715
Reclassificação entre reservas de lucros	-	-	-	-	-	264.581	(264.581)	-	-
Dividendos intermediários pagos - AGE de 11/08/2022									
Destinados à dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(18.783)	(18.783)
Dividendos intermediários pagos - AGE de 10/11/2022									
Destinados à dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Baixa referente a reserva especial de dividendos destinados em anos anteriores	-	-	-	-	-	-	(31.217)	-	(31.217)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	285.131	285.131
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	10.000	-	-	(10.000)
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	206.348	-	(206.348)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	640.350	-	34.659	918	128.070	1.022.951	56.977		



ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Demonstrações dos resultados Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	2.792.260	2.334.328
Contribuições para cobertura de riscos	14.581	12.078
Variação das provisões técnicas de prêmios	(225.861)	(270.411)
Prêmios ganhos	Nota 26 e 27.1	2.580.980
Sinistros ocorridos	Nota 27.2	(1.088.303)
Custos de aquisição	Nota 27.3	(849.201)
Outras receitas (despesas) operacionais	Nota 27.4	(80.158)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	563.318	85.836
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	Nota 27.5	6.871
Rendas de contribuições e prêmios	Nota 27.6	3.545.246
Constituição da provisão de benefícios a conceder	Nota 27.6	28.049
Receita de contribuições e prêmios de VGBL	3.573.295	2.977.872
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		73.298
Variação de outras provisões técnicas	Nota 27.7	(3.550.668)
Custo de aquisição	Nota 27.8	(116.814)
Outras receitas (despesas) operacionais		(497)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA	(21.386)	(111.325)
Despesas administrativas	Nota 27.9	(434.047)
Despesas com tributos	Nota 27.10	(90.604)
Resultado financeiro	Nota 27.11	104.179
Resultado patrimonial	Nota 12	238.712
RESULTADO OPERACIONAL	367.043	6.625
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		19.655
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	386.698	(5.839)
Imposto de renda	Nota 28	(51.306)
Contribuição social	Nota 28	(33.722)
Participações sobre o lucro	Nota 3.12	(16.539)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	285.131	78.473
Quantidade de ações	Nota 24.1	93.983.477
Lucro líquido do exercício por ação - R\$	3,03	0,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	285.131	78.473
Ajustes que poderão ser reconhecidos como receitas ou despesas futuramente:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(15.325)	(85.461)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(25.544)	(142.435)
Efeito dos tributos - IRPJ	6.387	35.609
Efeito dos tributos - CSLL	3.832	21.365
Parcela de resultados abrangentes de coligadas e/ou controladas	54.177	(110.441)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	5.538	(4.674)
Efeito dos tributos - IRPJ	3.462	(2.921)
Efeito dos tributos - CSLL	2.076	(1.753)
Componentes do resultado abrangente	-	2.235
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	329.521	(119.868)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Icatu Seguros S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no *Aqwa Corporate* à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e atua nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras (Demonstrações) são individuais e a Icatu Seguros S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Icatu" ou "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Companhia e suas controladas.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. A Icatu Seguros S.A. tem como controladora o grupo Icatu, com 87,3%, restando 12,70%, pertencentes à pessoas físicas.

O detalhamento referente às controladas e coligadas da Companhia é apresentado na nota 12.

1.1. Transação entre sócios - Venda da participação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul)

Em 30 de setembro de 2021, a Icatu Seguros S.A. vendeu a operação com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) para a sua controlada Icatu Consultoria de Investimentos S.A. Esse processo compreendeu a venda da participação de 50,01% na Banrisul Icatu Participações S.A., pelo valor contábil no montante de R\$ 124.355, e o intangível referente a exclusividade de vendas de seguro e capitalização no canal bancário do Banrisul, pelo montante de R\$ 150.860, totalizando R\$ 275.215.

1.2. Compra balcão de vendas Banese

Em 27 de junho de 2022, a Companhia adquiriu o intangível referente a exclusividade de vendas no balcão do Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE, da sua controlada Icatu Capitalização S.A., pelo valor residual contábil de R\$ 9.416 com pagamento à vista e na mesma data. A amortização será feita por 186 meses, prazo remanescente do contrato.

1.3. Venda da participação societária na CNP Capitalização S.A.

Em 13 de setembro de 2022, a Icatu Seguros S.A. vendeu a participação societária de 49% na CNP Capitalização S.A. para a CNP Assurances S.A. e a operação foi concluída integralmente em 30 de janeiro de 2023, conforme divulgado nas notas 11.2 e 29.1.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas posteriores alterações, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas Companhias.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2023.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e Equivalente de caixa (notas 3.3 e 5).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (notas 3.4.1 e 5).
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (notas 3.4.2 e 5).
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5).
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.12, 19 e 20).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

- Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e resseguro, além das comissões correspondentes, são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. São apropriados em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de Provisão para Prêmio Não Ganho (PPNG) e dos Custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (Custos de Aquisição Diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão.
- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres.
- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período.
- Os sinistros, constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regulação dos sinistros.

Demonstrações dos fluxos de caixa Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	285.131	78.473
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	74.447	69.393
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(19.655)	12.464
Despesas de juros	8.384	6.732
Resultado de equivalência patrimonial	(238.679)	(221.120)
Resultado de outras operações	(33)	5.537
Variação das provisões técnicas - seguros	9.865.152	9.230.347
Variação das provisões técnicas - previdência	4.625.744	3.466.241
Variação de impostos sobre o lucro	67.263	(432)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(2.923.500)	(3.365.388)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(55.883)	(57.137)
Créditos das operações com previdência complementar	(155)	(8)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(15.738)	(16.493)
Créditos tributários e previdenciários	11.648	(6.896)
Ativo fiscal diferido	18.657	(128.577)
Depósitos judiciais e fiscais	(17.894)	6.158
Despesas antecipadas	(1.334)	(104)
Outros valores e bens - direito de uso	(210.976)	(290.791)
Custos de aquisição diferidos	(107.361)	(135.834)
Outros ativos	202.510	(97.315)
Outras contas a pagar	49.304	(62.149)
Juros pagos	(138)	-
Débitos de operações com seguros e resseguros	269	23.254
Débitos de operações com previdência complementar	172	(2.065)
Depósitos de terceiros	(53.397)	71.313
Provisões técnicas - seguros	(8.212.234)	(6.935.612)
Provisões técnicas - previdência complementar	(3.147.331)	(2.375.228)
Outros débitos - Provisões judiciais	55.671	261.497
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	260.044	(463.740)
Impostos sobre o lucro pagos	(51.828)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	208.216	(463.740)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	-	124.355
Intangível	-	152.295
Imobilizado	-	39.117
Pagamento pela compra:		
Investimentos	(50.068)	(56.335)
Intangível	(121.134)	(10.118)
Imobilizado	(11.760)	(67.308)
Recebimento de dividendos	246.378	202.299
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	63.416	384.305
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	-	50.000
Pagamento de passivo por arrendamento	(33.284)	29.265
Pagamento de dividendos	(100.000)	-
Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades de financiamento	(133.284)	79.265
Aumento/ (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	138.348	(170)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	99.173	99.343
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	237.521	99.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.2. Balanço patrimonial

• A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

• Os títulos e valores mobiliários a "Valor justo por meio do resultado" são apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

• Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.

• Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

• Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os Pronunciamentos técnicos nº 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de instrumentos financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritas a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles cujo propósito da Companhia é negociá-los ativa e frequentemente e, portanto, são sempre classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo. Os rendimentos e oscilações no valor justo são registrados contabilmente no resultado. No entanto, há exceções para alguns instrumentos financeiros que não são ativa e frequentemente negociados, mas são classificados nessa categoria, de acordo com a estratégia de investimentos da Companhia.

3.4.2. Disponíveis para a venda

Os instrumentos financeiros "Disponíveis para a venda" são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em resultados abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido.

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias "Mensurados ao valor justo por meio do resultado", "Mantidos até o vencimento" ou "Empréstimos e recebíveis".

3.4.3. Mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria possuem pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda. São aqueles que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

3.4.4. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica Resultado financeiro. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e civis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispêndios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear, obedecendo o período de vida útil dos bens, e atualmente representam as seguintes taxas médias: instalações, móveis, máquinas e utensílios - 10% ao ano; equipamentos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% ao ano. O período e o método de depreciação para os ativos imobilizados são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de depreciação, conforme o caso, e são tratadas como mudanças de estimativas contábeis. Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos depreciação) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, em "Ganhos e perdas com ativos não correntes", no resultado do período.

3.7. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil média de cinco anos, à taxa de 20% a.a., para os gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares de uso interno e os contratos de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias, são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato, que hoje está entre cinco e vinte anos (5% a 20% ao ano). Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

continua



ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como "mudanças de estimativas contábeis". A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da venda de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na negociação e o seu valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos amortização) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, na rubrica "Ganhos ou perdas do ativo não correntes".

3.8. Investimentos

As participações acionárias em coligadas e controladas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e posteriormente são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são registrados no resultado do período, sob a rubrica "Resultado patrimonial".

Ganhos e perdas resultantes da venda de um investimento são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na negociação e o seu valor contábil, líquido da redução ao valor recuperável, quando houver, e são reconhecidos na rubrica "Resultado patrimonial", no momento da baixa do ativo.

3.9. Redução ao valor recuperável

3.9.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

A redução ao valor recuperável dos recebíveis (prêmios a receber de segurados) é calculada para os ramos de vida, baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência. Esse estudo é revisado, no mínimo, semestralmente.

3.9.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

3.10. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.10.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.10.2. PIS e COFINS diferidos

A Companhia constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL) e provisão de sinistros ocorridos mas não avisado (IBNR), que são provisões que serão pagas futuramente. Esta constituição foi realizada conforme legislação em vigor.

3.11. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisado de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal, cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

Quando necessário o valor da provisão relacionada a sinistros é complementado por meio do IBNER, com base em percentual apurado atuarialmente calculado em estudo específico, baseado no histórico de ações judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras contas a pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. O reconhecimento dessas obrigações independe do prognóstico de perda.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas, são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, Tribunal e Região as quais a causa está sendo avaliada. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.12. Benefícios a empregados

Através do plano de contribuição variável, a Companhia efetua contribuição fixa para uma entidade ligada (Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado). Onde as contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de participação nos lucros

e resultados (PLR), como uma das parcelas de remuneração variável e que está condicionada ao atingimento dos indicadores de negócios e a avaliação do desempenho individual dos funcionários. No programa, associamos duas modalidades de incentivos, sendo: (i) incentivo de Curto Prazo, onde se privilegia entregas diretas e associadas às metas projetadas para o ano e (ii) incentivo de Longo Prazo, que se refere a uma parcela que compõe a estrutura de remuneração dos Executivos, premiando o nível de contribuição individual no crescimento e sustentabilidade do negócio no longo prazo. A metodologia utilizada leva em consideração para a remuneração de curto prazo, o Lucro Líquido antes do Imposto (LAIR) e os indicadores de eficiência do negócio, estabelecidos para o exercício. A remuneração de longo prazo leva em consideração (i) indexadores de negócios *scorecard* da Companhia e (ii) variação do patrimônio líquido. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

3.13. Resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos, a serem pagos a resseguradores, são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios cedidos de resseguro proporcional são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro. Os prêmios cedidos de resseguro não proporcional são registrados no início de vigência do contrato de resseguro e ambos são apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro semestralmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

3.14. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 - Contratos de Seguros, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos. No passivo, foram classificadas as provisões técnicas brutas de resseguro e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo ou passivo não circulante.

3.14.1. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC)

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta, na modalidade de contribuição variável para os produtos Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL, Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, Vida com Remuneração Garantida e Performance - VRGP e Fundo Garantidor de Benefício - FGB, representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL, ou acrescidas da remuneração garantida previstas para os planos do tipo FGB e VRGP.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relacionadas aos seguros de pessoas e aos planos de previdência complementar aberta, na modalidade de benefício definido e em regime financeiro de capitalização, representam a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.14.2. Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBc)

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, cujo evento gerador tenha ocorrido e sido avisado, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.14.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidas e ainda não pagas, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data-base das Demonstrações e ainda pendentes de pagamento. Para fins de atualização monetária, são utilizados os indexadores do plano para sinistros administrativos e o indexador definidos em cada uma das ações para os judiciais.

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento ou recusa. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados - IBNER), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas e outros, e refletido no saldo da PSL, a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro, sendo:

- os ajustes de IBNER administrativa calculado conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados; e

- os ajustes de IBNER judicial, calculados conforme percentual histórico de perdas dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado.

Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e capital necessário para pagamento de rendas, atualizados monetariamente.

3.14.4. Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR)

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ou eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que:

(I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de avisos de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência. Os triângulos são revisados, minimamente, semestralmente.

(II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão.

(III) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não avisados. Ao compararmos os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com àqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais, que nada mais é do que os sinistros ocorridos e não avisados.

Além da metodologia descrita acima, os sinistros vinculados a pandemia são analisados separadamente, tendo seu valor apurado baseado diretamente ao resultado do triângulo de *run-off*, de forma que o saldo final da provisão é composto pelas duas parcelas citadas:

(a) Metodologia referente aos sinistros desvinculados de COVID, com base no descritivo dos itens (I), (II) e (III);

(b) Metodologia baseada em resultado do triângulo de *run-off* direcionado aos sinistros de COVID.

3.14.5. Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes emitidos e Não Emitidos (PPNG e PPNG - RVNE)

A PPNG é constituída pelo método *pro rata die*, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência para riscos vigentes emitidos.

A PPNG-RVNE, considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pela combinação de duas metodologias, de acordo com a representatividade do faturamento de cada apólice na carteira:

(I) Para as apólices que possuem seu faturamento mensal menor que o valor de R\$ 200.000, o método utilizado é conhecido como triângulo de *run-off*, sendo realizada a projeção com base no valor acumulado que foi emitido nos últimos meses.

(II) Para as apólices com faturamento mensal maiores que o citado, utiliza-se a média simples das últimas "n" emissões de cada apólice.

Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG-RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses.

3.14.6. Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

3.14.7. Provisão de resgates e/ou outros Valores a Regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, as devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e as portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações.

3.14.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base os custos baseados em atividades (*ABC, Activity Based Costing*), identificando as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações e benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (*Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE*) quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (*Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE*).

3.14.9. Provisão de Excedente Técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

3.14.10. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), detalhada na nota 3.15.

3.15. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente, é avaliada através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC, com contrapartida no resultado.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros livre de risco, definida pela SUSEP (Estrutura a Termo da Taxa de Juros - ETTJ).

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSsb-V.2021-m e BR-EMSsb-V.2021-f. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos, observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes em dezembro de 2022. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes, as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade futura foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSmt-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos. No que diz respeito a resseguro, os fluxos consideram uma projeção de repasse de prêmio de resseguro, com base nos últimos 12 meses, a ser aplicada sobre o fluxo do passivo e a sinistralidade é mensurada com base nos sinistros ocorridos que foram cobertos pelos contratos.

Para os produtos de previdência estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD) (previdência tradicional e vida inteira) e para os benefícios já concedidos, foi deduzida a parcela correspondente à diferença, se positiva, entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no ativo na categoria "Mantido até o vencimento".

3.15.1. Resultado do cálculo do TAP

• Planos de Benefícios Definidos (BD) e benefícios concedidos

O quadro a seguir demonstra o resultado do TAP:

Icatu Seguros S.A.	31/12/2022	31/12/2021
Estimativa corrente dos fluxos de caixa	1.112.243	1.063.752
Provisões técnicas na data base*	(1.070.486)	(946.168)
Resultado do TAP (1)	41.757	117.584
Valor contábil dos "títulos mantidos até o vencimento"	1.173.577	1.124.687
Valor de mercado (ETTJ - SUSEP) dos "títulos mantidos até o vencimento"	(1.132.743)	(1.164.090)
Diferença entre valor contábil e valor justo dos títulos mantidos até o vencimento **	40.834	(39.403)
Redução no TAP referente à diferença de mercado**	-	(39.403)
Resultado do TAP (2)	41.757	78.181

* Planos BD e Benefícios Concedidos

** Valor, quando negativo, utilizado para deduzir o Resultado do TAP (1). Caso contrário, a diferença entre a Estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo Provisões técnicas na data base é o próprio Resultado



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

do TAP (2).

Na Companhia, o resultado do TAP em 31 de dezembro de 2022 apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro no valor de R\$ 41.757 (R\$ 117.584 em 31 de dezembro de 2021). Diferente de dezembro de 2021, a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, classificados na categoria "Mantido até o vencimento", não possibilitou a redução da insuficiência. Sendo assim, o valor constituído de PCC (vide nota 3.14) ficou em R\$ 41.757 (R\$ 78.181 em 31 de dezembro de 2021).

Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro.

3.16. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações como uma redução do Patrimônio Líquido.

3.17. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsicamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.

Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relacionados na nota 3.21.

3.18. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, teste de Adequação de Passivos (TAP), cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

Adicionalmente, conforme previsto no CPC 15 – Combinação de negócios, a mensuração de valores justos dos ativos e passivos identificados pode ser realizada de forma provisória, devendo sua finalização ocorrer dentro do período de até um ano após a data de aquisição. A contabilização da combinação de negócios requer que a Companhia exerça julgamento crítico em relação à determinação do valor justo dos ativos e passivos dos negócios que estão sendo adquiridos. Nesse sentido, a Companhia assume premissas sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas das premissas utilizadas poderão impactar os negócios e os resultados esperados podem divergir materialmente dos valores estimados na data da aquisição do controle.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.19. Novas normas contábeis ainda não adotadas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações:

3.19.1. CPC 48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratos, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 até a data efetiva do CPC 50.

3.19.2. CPC 50 – Contratos de seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

3.20. Combinação de negócios

A aquisição por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio (goodwill). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do período em "Outras receitas operacionais". Os custos de transação que a Companhia incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do período quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas Demonstrações desde a data de aquisição até o fim do período. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o período são incluídos nas Demonstrações desde o início do período até a data da alienação, ou até a data em que a Companhia deixou de exercer o controle.

3.21. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais direitos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a uma spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um rating sintético para a seguradora, pelas limitações específicas do negócio da companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como spread de risco:

- Utilizamos como rating, um grau de investimento para a Icatu, para assim, utilizar os spreads disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o Capital Rate do imóvel da matriz como spread.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação por amortização do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato.

Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

4. Gestão de riscos

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP 416, de 20 de julho de 2021, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses

objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição.

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, bem como pela emissão de relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos, que são constituídos em etapas, sendo elas identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos corporativos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, o Grupo Icatu adota o sistema de controles internos que é composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das Companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

1. Corpo Administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

2. Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linhas, conforme melhor explicado abaixo:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo Icatu, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu.

3. A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas. Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser: crítico, severo, moderado e reduzido.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu está de acordo em assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das mais variadas áreas de negócio ao apetite global da entidade e aos apetites específicos, também formalizados pela entidade.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa e formalizados na declaração de apetite de riscos. Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação às emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os ratings em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu. São considerados aqueles atribuídos somente pelas agências Fitch, S&P e Moody's. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é estabelecido por meio de uma análise de ratings e duration que estima uma exposição a perda usando probabilidade de default dos ativos.

4.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

Em 31 de dezembro de 2022, 2.190.021 / 78,21% (2.004.607 / 80,06% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 108.255, sendo R\$ 3.286 em bloqueio judicial (R\$ 102.254, sendo R\$ 3.226 em bloqueio judicial em 31 de dezembro de 2021).

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 46.437.971 (R\$ 43.826.082 em 31 de dezembro de 2021).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 383.956 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 276.765 em 31 de dezembro de 2021). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de rating: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.

31/12/2022			
Rating	Letra financeira	Debênture	Total
AAA	106.932	10.286	117.218
AA	851	-	851
Total	107.783	10.286	118.069

4.1.1.2. Principais riscos associados ao resseguro

A colocação de contratos de resseguro, automáticos e/ou facultativos devem estar em conformidade com as determinações e apetite a risco do Grupo Icatu, bem como com a legislação em vigor, e em posição de obter as melhores condições comerciais, promovendo ganhos de escala e possibilitando a manutenção e gerenciamento dos contratos de forma estratégica, ética e profissional, mantendo os níveis adequados de exigência, transparência e zelo com relação aos critérios estabelecidos na Política de Resseguros.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a Redução ao Valor Recuperável – RdVr de contratos de resseguro, onde é levado em consideração o histórico de recuperações dos créditos com os resseguradores, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito.

O principal contrato de resseguro do Grupo Icatu é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro, em 31 de dezembro de 2022:

Tipo ressegurador	Rating	Exposição (R\$)	Exposição (%)
Admitida	A+ pela Standard & Poor's	4.003	2,14%
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	49.889	26,68%
Eventual	A- pela Standard & Poor's	234	0,13%
Eventual	A+ pela Standard & Poor's	343	0,18%
Eventual	AA- pela Standard & Poor's	4.210	2,25%
Local	AA- pela Standard & Poor's	76.204	40,75%
Local	A- pela A. M. Best Company	10.910	5,83%
Local	B++ pela A. M. Best Company	4.1215	22,04%
Total		187.008	100%

4.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk - VaR, que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:

(I) O VaR paramétrico: assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (EWMA), com fator de decaimento de 0,95.

(II) DV01 (dólar-value for one basis-point): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas as informações de VaR e DV01, para a Companhia:

Fatores de risco	31/12/2022		31/12/2021	
	DIV-01	EWMA	DIV-01	EWMA
Pré-fixado	8	95%	25	1.043
IGPM	(500)	95%	31.920	958.551
IPCA	(1.384)	95%	58.157	1.365.955
			(561)	(1.163)
			7.022	57.508
			159.243	1.111.655

4.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios e sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação do mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma visão para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses do percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência detidos pela Companhia:

Ativos e passivos	31/12/2022			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	226.219	-	-	226.219
Equivalente de caixa	11.302	-	-	11.302
Aplicações financeiras	17.509.895	6.098.697	25.618.378	49.226.970
Crédito das operações	325.543	-	-	325.543
Ativos de resseguro	-	-	-	-
- provisões técnicas	87.648	11.887	31.142	130.677
Títulos e créditos a receber	34.160	470.653	-	504.813
Total de ativos	18.194.767	6.581.237	25.649.520	50.425.524

Contas a pagar	205.322	202.847	-	408.169
Provisões técnicas	7.362.797	7.349.150	34.790.631	49.502.578
Débito das operações	149.159	-	-	149.159
Depósitos de terceiros	49.934	-	-	49.934
Total de passivos	7.767.211	7.551.997	34.790.631	50.109.839

Ativos e passivos	31/12/2021			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	94.565	-	-	94.565
Equivalente de caixa	4.608	-	-	4.608
Aplicações financeiras	17.503.399	4.756.364	24.065.583	46.325.346
Crédito das operações	269.505	-	-	269.505
Ativos de resseguro	76.388	11.166	27.385	114.939
Títulos e créditos a receber	119.715	463.648	-	583.363
Total de ativos	18.068.180	5.231.178	24.092.968	47.392.326

Contas a pagar	150.278	190.828	-	341.106
Provisões técnicas	6.744.769	6.879.491	32.746.987	46.371.247
Débito das operações	148.717	-	-	148.717
Depósitos de terceiros	103.331	-	-	103.331
Total de passivos	7.147.095	7.070.319	32.746.987	46.964.401

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da companhia. Os títulos mensurados a valor justo por meio do resultado são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

4.1.4. Risco operacional

O risco operacional é resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal, de compliance e cibernéticos e excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de gradação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a gradação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados à diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica do Grupo Icatu, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de Compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de Compliance, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos, cujos critérios estejam em conformidade com as determinações e apetite ao risco do Grupo Icatu no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos do Grupo Icatu tem por objetivo examinar cuidadosamente todas as propostas de seguro, bem como durante o processo de precificação observar as características e particularidades dos grupos segurados.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da diversificação da carteira, através da análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando as regras determinadas pela administração do Grupo Icatu, formalizadas na política de subscrição de riscos e de resseguro. Tais regras são desenvolvidas e definidas com base nas análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Além da diversificação dos riscos, outras medidas de mitigação são implementadas como por exemplo a contratação de resseguro, reavaliações periódicas de suas metodologias com premissas realistas e atualizadas que garantem a cobertura dos compromissos assumidos.

Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, o Grupo Icatu visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco.

O Grupo Icatu subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos.

De forma a cumprir os critérios e diretrizes aprovadas, é feita uma conferência e validação das informações de preço antes da emissão. Vale ressaltar que nesse procedimento está contemplada a aprovação de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas. Como parte do seu programa de controle de riscos, o Grupo Icatu cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de resseguro e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, o Grupo Icatu possui contratos de resseguro específicos.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por ramo e por região, da Companhia, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL/VGBL bruto de resseguro e líquido de resseguro no período:

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2022						
Ramo/região geográfica	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	60.898	170.383	39.434	487.193	705.527	1.463.435
Prestamistas	12.991	50.981	20.700	96.035	379.369	560.076
Acidentes pessoais	3.868	8.539	18.928	136.514	81.122	248.971
Vida individual	988	7.352	1.822	44.589	4.134	58.885
Outros	1.365	19.524	1.154	38.821	188.749	249.613
Total seguros	80.110	256.779	82.038	803.152	1.358.901	2.580.980
Previdência	39.960	130.696	15.836	2.954.620	432.183	-
Total previdência	39.960	130.696	15.836	2.954.620	432.183	3.573.295

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2021						
Ramo/região geográfica	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	52.295	138.413	19.676	407.134	604.531	1.222.049
Prestamistas	7.428	35.398	18.392	92.816	302.663	456.697
Acidentes pessoais	3.546	3.567	13.828	102.081	57.801	180.823
Vida individual	756	4.268	3.470	35.955	2.608	47.057
Outros	1.018	17.070	785	31.584	118.912	169.369
Total seguros	65.043	198.716	56.151	669.570	1.086.515	2.075.995
Previdência	35.074	124.840	7.656	2.532.143	278.159	2.977.872
Total previdência	35.074	124.840	7.656	2.532.143	278.159	2.977.872

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2022						
Ramo/região geográfica	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	60.264	169.906	39.289	473.867	697.070	1.440.396
Prestamistas	12.991	50.966	20.700	96.030	365.126	545.813
Acidentes Pessoais	3.815	8.403	18.828	132.853	79.719	243.618
Vida Individual	839	6.712	1.362	33.445	3.399	45.757
Outros	1.357	19.264	1.151	38.334	180.366	240.472
Total Seguros	79.266	255.251	81.330	774.529	1.325.680	2.516.056
Previdência	39.960	130.696	15.836	2.954.620	432.183	3.573.295
Total Previdência	39.960	130.696	15.836	2.954.620	432.183	3.573.295

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2021						
Ramo/região geográfica	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	51.740	138.003	19.476	385.557	595.439	1.190.215
Prestamistas	7.428	35.380	18.392	92.811	285.444	439.455
Acidentes pessoais	3.505	3.467	13.755	98.761	56.402	175.890
Vida individual	629	3.784	3.204	26.727	2.084	36.428
Outros	1.010	16.728	779	31.115	113.785	163.417
Total seguros	64.312	197.362	55.606	634.971	1.053.154	2.005.405
Previdência	35.074	124.840	7.656	2.532.143	278.159	2.977.872
Total previdência	35.074	124.840	7.656	2.532.143	278.159	2.977.872

4.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio.

Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pela CNSP e SUSEP.

4.1.7. Riscos estratégicos

Os Riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados na rubrica Equivalentes de caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor: R\$ 11.302 (R\$ 4.608 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R\$ 693.145 (R\$ 937.582 em 31 de dezembro de 2021). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como ajustes de avaliação patrimonial, montam R\$ 84.518 (R\$ 189.998 em 31 de dezembro de 2021), apresentado no item seguinte.

O circulante é composto pela totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e o total dos ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses, das outras duas categorias. Os equivalentes de Caixa estão em rubrica separada e os demais instrumentos financeiros, estão no não circulante.

31/12/2022									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos		384.640	-	-	-	384.640	384.640	1%	1%
Quotas de fundos de investimento – exclusivos		9.329.178	7.792.791	19.493.901	10.424.823	47.040.693	47.040.693	96%	96%
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)		9.329.099	7.662.942	19.433.285	10.012.645	46.437.971	46.437.971	94%	94%
Letras financeiras do tesouro			36.818	42.115	2	78.935	78.935	0%	0%
Notas do tesouro nacional – IPCA			121	18.502	242.112	260.735	260.735	1%	1%
Notas do tesouro nacional – IGPM			-	-	170.067	170.067	170.067	0%	0%
Letra do tesouro nacional			12,18%	2	-	2	2	0%	0%
Operações compromissadas			93.667	-	-	93.667	93.667	0%	0%
Outros		79	(757)	(3)	(3)	(684)	(684)	0%	0%
Letras financeiras			-	851	-	851	851	0%	0%
Quotas de fundos de investimento – exclusivos bloqueio judicial			3.286	-	-	3.286	3.286	0%	0%
Total		9.713.818	7.796.077	19.494.752	10.424.823	47.429.470	47.429.470	96%	96%
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado – classificado como equivalente de caixa:									
Operações compromissadas			11.302	-	-	11.302	11.302	0%	0%
Total			11.302	-	-	11.302	11.302	0%	0%
II. Títulos disponíveis para venda:									
Quotas de fundos de investimento – exclusivos									
Quotas de fundos de investimento – Pré		7,95%	-	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimento – IPCA		IPCA + 4,67%	-	105.356	351.360	456.716	456.716	1%	1%
Quotas de fundos de investimento – IGPM		IGPM + 3,20%	-	-	44.978	44.978	44.978	0%	0%
Letras financeiras		IPCA + 5,33%	-	-	106.932	106.932	106.932	0%	0%
Total			-	105.356	503.270	608.626	608.626	1%	1%
III. Títulos mantidos até o vencimento:									
Quotas de fundos de investimento – exclusivos									
Notas do tesouro nacional – NTN-C		IGPM + 7,40%	-	-	689.050	689.050	750.627	1%	2%
Notas do tesouro nacional – NTN-B		IPCA + 4,73%	-	-	489.538	489.538	399.374	1%	1%
Notas do tesouro nacional – NTN-C – bloqueio judicial			-	-	-	-	-	-	-
Debêntures de distribuição pública		IGPM + 4,50%	-	-	10.286	10.286	9.410	0%	0%
Total			-	-	1.188.874	1.188.874	1.159.411	2%	2%
Total das aplicações financeiras						49.238.272			
Total circulante						47.437.485			
Total não circulante						1.800.787			

31/12/2021									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos		276.765	-	-	-	276.765	276.765	0,60%	0,60%
Quotas de fundos de investimento – exclusivos		10.130.357	7.084.565	17.830.353	8.969.516	44.014.791	44.014.791	95,00%	94,89%
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)		10.130.099	6.952.893	17.797.970	8.945.120	43.826.082	43.826.082	94,60%	94,49%
Letras financeiras do tesouro			37.930	22.240	-	60.170	60.170	0,13%	0,13%
Notas do tesouro nacional – IPCA			159	10.143	24.402	34.704	34.704	0,07%	0,07%
Operações compromissadas			94.420	-	-	94.420	94.420	0,20%	0,20%
Outros		258	(837)	-	(6)	(585)	(585)	0,00%	0,00%
Debêntures de distribuição pública			-	849	-	849	849	0,00%	0,00%
Depósito a prazo com garantia especial			11.712	-	-	11.712	11.712	0,02%	0,02%
Quotas de fundos de investimento – exclusivos bloqueio judicial			-	3.226	-	3.226	3.226	0,01%	0,01%
Total		10.407.122	7.096.277	17.834.428	8.969.516	44.307.343	44.307.343	95,63%	95,52%
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado – classificado como equivalente de caixa:									
Operações compromissadas			4.608	-	-	4.608	4.608	0,01%	0,01%
Total			4.608	-	-	4.608	4.608	0,01%	0,01%
II. Títulos disponíveis para venda:									
Quotas de fundos de investimento – exclusivos									
Quotas de fundos de investimento – Pré		7,95%	-	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimento – IPCA		IPCA + 4,58%	-	102.189	319.423	421.612	421.612	0,91%	0,91%
Quotas de fundos de investimento – IGPM		IGPM + 4,27%	-	-	212.021	212.021	212.021	0,46%	0,46%
Letras financeiras		IPCA + 5,33%	-	-	101.645	101.645	101.645	0,22%	0,22%
Total			-	102.189	776.419	878.608	878.608	1,90%	1,90%



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

5.2. Classificação por categorias

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2021	41.683.259	436.167	996.209	43.115.635
(+) Aplicações	19.633.663	1.070.086	8.454	20.712.203
(-) Resgates	(17.285.312)	(645.189)	(74.649)	(18.005.150)
(+) Rendimentos	280.341	159.979	209.381	649.701
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(142.435)	-	(142.435)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	44.311.951	878.608	1.139.395	46.329.954
(+) Aplicações	17.942.036	167.278	-	18.109.314
(-) Resgates	(18.514.984)	(490.427)	(84.182)	(19.089.593)
(+) Rendimentos	3.701.769	78.711	133.661	3.914.141
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(25.544)	-	(25.544)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	47.440.772	608.626	1.188.874	49.238.272

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
 - **Nível 2:** inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo;
- Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2022		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	27.973.233	19.467.539	47.440.772
Ações de cias. abertas	3.930.945	101.013	4.031.958
Opções	224	(1.236)	(1.012)
Futuros	169	(611)	(442)
Letras financeiras do tesouro	10.320.729	-	10.320.729
Notas do tesouro nacional	8.438.825	297.383	8.736.208
Letras do tesouro nacional	1.205.850	662.826	1.868.676
Debêntures de distribuição pública	-	8.353.834	8.353.834
Operações compromissadas	3.873.699	79.049	3.952.748
Letras financeiras	-	3.207.859	3.207.859
Certificados de depósito bancário	-	105.760	105.760
Depósitos a prazo com garantia especial	-	19.541	19.541
Certificados de recebíveis imobiliários	-	912.276	912.276
Fundos de investimento em direitos creditórios - FIDC	-	1.301.407	1.301.407
Fundos de investimento de renda fixa	-	2.033.954	2.033.954
Fundos de investimento multimercado	-	1.493.748	1.493.748
Fundos de investimento imobiliário	199.506	30.890	230.396
Fundos de investimento no exterior	-	131.865	131.865
Fundos de investimento de ações	-	232.765	232.765
Fundos de investimento cambial	-	9.186	9.186
Fundos de investimento não exclusivos	-	384.640	384.640
Notas promissórias	-	310.475	310.475
Certificado de recebíveis do agronegócio	-	1.072	1.072
Swaps	-	1.480	1.480
Investimento exterior	-	4.155	4.155
Outras aplicações *	-	(205.792)	(205.792)
Quotas de fundos de investimento - exclusivos bloqueio judicial	3.286	-	3.286
II. Títulos disponíveis para venda:	456.716	151.910	608.626
Notas do tesouro nacional	456.716	44.978	501.694
Letras financeiras	-	106.932	106.932
III. Títulos mantidos até o vencimento:	489.538	699.336	1.188.874
Notas do tesouro nacional	489.538	689.050	1.178.588
Debêntures de distribuição pública	-	10.286	10.286
Total (I + II + III)	28.919.487	20.318.785	49.238.272

* Outras aplicações se referem ao montante de contas a pagar e receber dos fundos exclusivos incluindo os fundos previdenciários.

	31/12/2021		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	30.631.889	13.680.062	44.311.951
Ações de cias. abertas	5.441.853	45.387	5.487.240
Opções	771	2.079	2.850
Futuros	(689)	1.660	971
Letras financeiras do tesouro	10.329.195	-	10.329.195
Notas do tesouro nacional	9.632.145	311.798	9.943.943
Letras do tesouro nacional	1.430.763	-	1.430.763
Debêntures de distribuição pública	-	6.163.613	6.163.613
Operações compromissadas	3.593.051	-	3.593.051
Letras financeiras	-	2.022.680	2.022.680
Certificados de depósito bancário	-	78.396	78.396
Depósitos a prazo com garantia especial	-	59.423	59.423
Certificados de recebíveis imobiliários	-	442.127	442.127
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	-	1.255.554	1.255.554
Fundos de investimento de renda fixa	-	1.696.168	1.696.168
Fundos de investimento multimercado	-	969.207	969.207
Fundos de investimento imobiliário	194.522	212	194.734
Fundos de investimento no exterior	-	394.229	394.229
Fundos de investimento de ações	-	153.400	153.400
Fundos de investimento cambial	-	10.292	10.292
Fundos de investimento não exclusivos	-	276.765	276.765
Notas promissórias	-	30.579	30.579
Certificado de recebíveis do agronegócio	-	1.519	1.519
Swaps	-	587	587
Investimento exterior	-	652	652
Outras aplicações	7.052	(236.265)	(229.213)
Quotas de fundos de investimento - exclusivos bloqueio judicial	3.226	-	3.226
II. Títulos disponíveis para venda:	562.052	316.556	878.608
Notas do tesouro nacional	562.052	214.911	776.963
Letras financeiras	-	101.645	101.645
III. Títulos mantidos até o vencimento:	463.952	675.443	1.139.395
Notas do tesouro nacional	463.952	664.859	1.128.811
Notas do tesouro nacional - bloqueio judicial	-	733	733
Debêntures de distribuição pública	-	9.851	9.851
Total (I + II + III)	31.657.893	14.672.061	46.329.954

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas decorrentes desses derivativos não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da mencionada Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

A Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, utilizamos para fins de hedge taxa pré-fixada, negociados na B3:

Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Exposição (notional) Total
DI1	Vendido	01/07/2024	CDI	1
DI1	Vendido	01/10/2024	CDI	1
DI1	Vendido	02/01/2026	CDI	1

Em 2021, a companhia tem pequena participação no fundo com exposição de futuros.

Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Exposição (notional) Total
DI1	Vendido	01/07/2022	CDI	1
DI1	Comprado	02/01/2023	CDI	0
DI1	Vendido	03/07/2023	CDI	0
DI1	Vendido	02/01/2024	CDI	0
DI1	Comprado	01/07/2024	CDI	1
DI1	Vendido	02/01/2025	CDI	0
DI1	Comprado	04/01/2027	CDI	0

6. Prêmios a receber

6.1. Composição do saldo de prêmios a receber

Saldo de prêmios a receber por ramo era o seguinte:

Ramos	31/12/2022	31/12/2021
Prestamistas	61.805	57.111
Acidentes pessoais	32.395	22.436
Auxílio funeral	2.377	2.313
Vida em grupo	143.205	116.378
Vida individual	10.335	10.378
Outros	21.298	14.303
Total de prêmios a receber bruto	271.415	222.919
Redução ao valor recuperável	(13.475)	(14.514)
Total de prêmios a receber	257.940	208.405

6.2. Movimentação de prêmios a receber

Prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	222.919	183.763
(+) Prêmios emitidos	3.162.222	2.569.461
(+) IOF	9.232	7.528
(-) Prêmios cancelados	(369.963)	(235.133)
(-) Recebimentos	(2.752.995)	(2.302.700)
Prêmios a receber bruto	271.415	222.919
Movimentação da redução ao valor recuperável		
Saldo inicial	(14.513)	(14.367)
(-) Constituição	(170.925)	(180.779)
(+) Reversão	171.964	180.632
Provisão para redução ao valor recuperável	(13.475)	(14.514)
Prêmios a receber líquidos	257.940	208.405

6.3. Idade dos prêmios a receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2022		21/12/2021		Prêmios a receber líquido
	Prêmios a receber bruto	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber bruto	Redução ao Valor recuperável	
A vencer					
De 1 até 30 dias	245.706	(372)	245.334	201.758	(1.371)
Vencidos					
1 até 30 dias	9.504	(399)	9.105	6.168	(584)
31 até 60 dias	916	(38)	878	1.004	(95)
61 até 120 dias	1.035	(208)	827	886	(227)
121 até 180 dias	565	(115)	450	503	(129)
181 até 365 dias	1.855	(509)	1.346	1.306	(814)
mais de 365 dias	11.834	(11.834)	-	11.294	(11.294)
Total	271.415	(13.475)	257.940	222.919	(14.514)

O cálculo da redução ao valor recuperável foi baseado em estudo técnico revisado, no mínimo, semestralmente, considerando a inadimplência dos últimos dois anos, sendo aplicados os seguintes percentuais, em 31 de dezembro de 2022: 0,46% a vencer e de 1 até 30 dias (2,04% em 31 de dezembro de 2021), 4,20 % vencidas de 1 até 60 dias (9,47% em 31 de dezembro de 2021), 20,15% de 61 até 180 dias (25,62% em 31 de dezembro de 2021), 27,42% de 181 até 365 dias (62,32% em 31 de dezembro de 2021) e 100% acima de 365 dias (100,00% em 31 de dezembro de 2021).

7. Outros créditos operacionais

Registra, basicamente, os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 35.185 (R\$ 64.057 em 31 de dezembro de 2021). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

8. Ativos de resseguros

As provisões técnicas referentes as operações de resseguros contratadas pela Companhia, com o intuito de mitigar os riscos assumidos, registradas no ativo circulante e não circulante, são as seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	32.061	33.318
Recuperação de indenização de sinistro	56.924	46.423
Prêmio de resseguro diferido	41.692	35.198
Total geral	130.677	114.939
Total circulante	87.649	76.388
Total não circulante	43.028	38.551

9. Títulos e créditos a receber

Os títulos e créditos a receber, registrados no ativo circulante, são compostos basicamente por dividendos e juros sobre capital próprio a receber das controladas e coligadas e valores a receber das empresas do Grupo Icatu, por reembolso, referentes ao contrato de compartilhamento de despesas em comum que por conta da natureza das operações incluídas no escopo do contrato, não é possível a alocação individual às empresas do Grupo Icatu e, portanto, são rateadas. A composição das contas está apresentada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	4.273	67.650
Créditos a receber	18.699	29.130
Total geral	22.972	96.780

10. Créditos tributários e previdenciários

10.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante são compostos por tributos apurados e lançados, para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Impostos a recuperar	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	2.245	2.237
Contribuição social	3.032	15.696
COFINS	603	582
PIS	171	168
Outros	4.099	3.115
Total de créditos fiscais	10.150	21.798

10.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica "Créditos tributários e previdenciários":

	01/01/2021	Consti- tuição	Realização/ reversão	31/12/2021	Consti- tuição	Realização/ reversão	31/12/2022
Imposto de renda diferido	66.782	140.440	(67.739)	139.483	248.158	(255.283)	132.358
Prejuízos fiscais	10.419	76.588	(9.165)	77.842	5.139	(20.988)	61.993
Diferenças temporárias	56.363	14.157	(23.622)	46.898	14.750	(12.412)	49.236
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	-	49.695	(34.952)	14.743	228.269	(221.883)	21.129
Contribuição social diferida	39.616	83.809	(40.628)	82.797	148.863	(153.303)	78.357
Base negativa	5.798	45.498	(5.484)	45.812	3.051	(12.726)	36.137


ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

 www.icatuseguros.com.br
 Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
 Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Imposto de Renda/Contribuição Social	31/12/2022	31/12/2021
Provisão contingências trabalhistas	2.269	2.757
Provisão contingências cíveis	10.440	9.919
Provisão contingências fiscais	1.373	1.345
Redução ao valor recuperável	16.714	20.326
Provisão excedente técnico	17.332	12.879
Fundo de marketing	22.651	12.708
PIS exigibilidade suspensa	32.720	30.251
COFINS exigibilidade suspensa	143.486	131.372
Outras provisões - Ágio	10.004	10.004
Obrigações a pagar - Provisão	2.206	1.720
Outras receitas (atualização depósito judicial)	(83.286)	(68.705)
Participações resultados - PLR	61.985	59.883
PIS e COFINS diferidos	(40.949)	(36.866)
Total das provisões temporárias	196.945	187.593
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	49.236	46.898
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	29.542	28.139
Total	78.779	75.037

11. Outros valores e bens
11.1 Direito de uso

O arrendamento comporta substancialmente alugueis de máquinas, veículos e notebooks e a amortização conforme nota 3.21, acompanha o tempo de vigência dos contratos, com taxas de 0,6% a 8,2% ao mês. A movimentação está apresentada a seguir:

	31/12/2021	Amortização / movimentação	31/12/2022
ATIVO			
Imóveis	282.714	21.268	303.982
Equipamentos	7.143	(3.230)	3.913
Veículos	934	154	1.088
Total	290.791	18.192	308.983
PASSIVO			
Circulante	32.428	(5.137)	27.291
Não Circulante	258.060	27.463	285.523
Total	290.488	22.326	312.814

12. Investimentos

A Companhia possui a totalidade de seus investimentos em controladas e coligadas em empresas brasileiras, exceto quanto a Icatu S.A. de Capitalización y Ahorro, que é uma empresa argentina, que não está operacional. A composição desses investimentos é a seguinte:

Investimentos	Quantidade de ações		Quantidade de cotas	% de participação	Total de ativos	Total de passivos líquidos de provisões judiciais		Total das provisões judiciais		Capital social	Patrimônio líquido	Total das receitas	Lucro líquido (prejuízo)	Investimento		Resultado patrimonial	
	ON	PN				provisões judiciais	provisões judiciais	31/12/2022	31/12/2021					31/12/2022	31/12/2021		
Icatu Capitalização S.A.	800.894.586	-	-	100%	2.798.926	2.556.902	3.969	201.484	239.600	1.793.624	28.923	239.600	205.593	28.923	25.253		
Brasilcap Capitalização S.A.	216.010.804	184.329.196	-	17%	11.509.341	8.604.334	1.112.512	354.398	649.780	5.949.271	217.767	108.493	79.177	36.453	585		
Caixa Capitalização S.A.	8.000	-	-	0%	-	-	-	-	-	-	-	-	119.972	23.102	52.679		
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	-	-	51.245.081	100%	15.653	15.310	556	46.245	(369)	11.197	(10.769)	-	400	(10.769)	(7.186)		
Banrisul Icatu Participações S.A.	-	-	-	50%	264.425	25.864	-	91.024	238.560	-	131.662	-	-	-	15.895		
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	3.316.721	-	-	100%	7.281	1.987	-	4.699	5.300	-	19	5.295	5.281	19	970		
Itumbiara Participações Ltda.	-	-	16.161.870	45%	14.556	317	-	16.162	14.542	-	(552)	6.526	6.773	(247)	1.341		
Icatu Assessoria S.A.	-	-	65.953.546	100%	294.857	214.946	-	65.954	67.746	(185.050)	13.547	67.746	14.757	13.547	(22.174)		
Icatu Consultoria de Investimentos S.A.	301.200	-	-	100%	302.307	287.313	-	301	14.425	(199.650)	146.027	14.425	11.397	146.027	156.049		
Vanguardacap Capitalização S.A.	12.000.000	-	-	100%	24.985	11.382	8	12.000	13.599	-	1.385	13.599	12.543	1.385	406		
Icatu Correspondente Bancário	-	-	100.000	100%	-	-	-	100	344	-	242	344	102	242	3		
Outras Participações Societárias (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	10	(3)	(1)		
Total das Participações Acionárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	456.035	456.005	238.679	223.820		
Resultado de outras operações (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33	(5.537)		
Outros investimentos (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	93	92	-	-		
Total de Investimentos/Resultado Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	456.128	456.097	238.712	218.283		

(a) Em 30 de setembro de 2021, a Icatu Seguros S.A. vendeu a operação com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) para a sua controlada Icatu Consultoria e Investimentos S.A.

(b) Investidas Icatu S.A. de Capitalización y Ahorro e Icatu Soluções e Seguridade Ltda.

(c) Obras de arte.

A seguir, a movimentação das principais participações acionárias da Companhia:

Investimentos	Saldo em		Baixas /		Ajuste TVM	Equivalência patrimonial	Saldo em		Baixas /		Ajuste TVM	Equivalência patrimonial	Saldo em
	01/01/2021	Adições	Transferências	Dividendos			01/01/2021	Adições	Transferências	Dividendos			
Icatu Capitalização S.A.	153.017	25.000	-	-	2.323	25.253	205.593	10.000	-	(4.916)	28.923	239.600	
Brasilcap Capitalização S.A.	89.940	16.671	-	(5.140)	(22.879)	585	79.177	68	-	(9.564)	2.359	36.453	108.493
Caixa Capitalização S.A.	207.803	-	-	(51.649)	(88.861)	52.679	119.972	-	(171.195)	(37.534)	65.655	23.102	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	-	11.000	(3.414)	-	-	(7.186)	400	-	-	-	-	(400)	-
Banrisul Icatu Participações S.A.	114.256	-	(124.352)	-	(5.799)	15.895	-	-	-	-	-	-	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	7.114	-	(242)	(2.561)	-	970	5.281	-	-	(5)	-	19	5.295
Itumbiara Participações Ltda.	3.198	2.235	-	-	-	1.340	6.773	-	-	-	-	(247)	6.526
Icatu Assessoria S.A.	11.931	25.000	(1)	-	-	(22.173)	14.757	40.000	-	(558)	-	13.547	67.746
Icatu Consultoria de Investimentos S.A.	29.914	243	-	(174.910)	101	156.049	11.397	-	-	(135.938)	(7.061)	146.027	14.425
Vanguardacap Capitalização S.A.	13.016	-	-	(879)	-	406	12.543	-	-	(329)	-	1.385	13.599
Icatu Correspondente Bancário	-	102	-	-	-	-	102	-	-	-	-	242	344
Outras participações societárias	13	-	-	-	-	(3)	10	-	-	-	-	(3)	7
Total	630.202	80.251	(128.009)	(235.139)	(115.115)	223.815	456.005	50.068	(171.195)	(183.928)	56.037	249.048	456.035

13. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto por bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, as quais tendem a beneficiar o Grupo Icatu por mais de um exercício.

	Taxa anual de depreciação		Aquisições	Baixa	Depreciação	31/12/2022
	31/12/2021	31/12/2022				
Equipamentos	20%	12.709	5.250	(688)	(5.539)	11.732
Móveis, máquinas e utensílios	10%	5.535	2.019	(27)	(978)	6.549
Outras imobilizações (a)	20%	25.321	4.491	(2.000)	(6.028)	21.784
Total		43.565	11.760	(2.715)	(12.545)	40.065

(a) Outras imobilizações são referentes a benfeitorias.

	Taxa anual de depreciação		Aquisições	Baixa	Depreciação	31/12/2021
	01/01/2021	31/12/2021				
Equipamentos	20%	11.576	9.069	(2.423)	(5.513)	12.709
Móveis, máquinas e utensílios	10%	4.687	7.448	(5.658)	(942)	5.535
Outras imobilizações	20%	10.375	50.791	(31.036)	(4.809)	25.321
Total		26.638	67.308	(39.117)	(11.264)	43.565

14. Intangível

Os intangíveis são compostos da seguinte forma:

	Taxa anual de amortização		Adições	Baixa	Amortização	31/12/2022
	31/12/2021	31/12/2022				
Desenvolvidos internamente		121.877	96.577	(2.238)	(9.517)	206.699
Marcas e patentes	-	71	-	-	-	71
Sistemas de computação	20%	121.806	96.577	(2.238)	(9.517)	206.628
Adquiridos de terceiros		196.679	24.557	(9.084)	(16.566)	195.586
Sistemas aplicados	20%	9.141	15.142	(9.084)	(4.264)	10.935
Balcão de vendas (a) (b)	-	187.538	9.415	-	(12.302)	184.651
Total		318.556	121.134	(11.322)	(26.083)	402.285

	Taxa anual de amortização		Reclas-sificação		Amortização	31/12/2021	
	01/01/2021	31/12/2021	Baixas	Amortização			
Desenvolvidos internamente		78.614	55.205	(7.309)	2.710	(7.343)	121.877
Marcas e patentes	-	71	-	-	-	-	71
Sistemas de computação	20%	78.543	55.205	(7.309)	2.710	(7.343)	121.806
Adquiridos de terceiros		368.219	10.118	(152.295)	(2.710)	(26.653)	196.679
Sistemas aplicados	20%	10.547	10.118	(1.435)	(2.710)	(7.379)	9.141
Balcão de vendas (a)	-	357.672	(150.860)	-	(19.274)	-	187.538
Total		446.833	65.323	(159.604)	(33.996)	(33.996)	318.556

(a) Registra o valor pago pela compra do direito de comercialização, em caráter de exclusividade, de produtos de seguros de pessoas e previdência nos canais de distribuição de parceiras, que são elas: Banco do Nordeste (BNB), Guia-Bolso, Banco Inter, Azimut e 88i. Amortizado pelo prazo de vigência dos contratos que varia de 5 a 20 anos.

(b) A Companhia adquiriu em 27 de junho de 2022 o balcão do Banese da sua controlada Icatu Capitalização S.A. e a amortização se dará pelo prazo remanescente do contrato.

ATIVO	01/01/2021	Depreciação / movimentação		31/12/2021
		31/12/2022	31/12/2021	
Imóveis	258.632	24.082	-	282.714
Equipamentos	369	6.774	-	7.143
Veículos	1.167	(233)	-	934
Total	260.168	30.623	-	290.791
PASSIVO				
Circulante	23.053	9.375	-	32.428
Não Circulante	237.115	20.945	-	258.060
Total	260.168	30.320	-	290.488

Arrendamentos a Pagar	31/12/2022		31/12/2021	
	Arrendamentos a pagar	Juros de arrendamento	Arrendamentos a pagar	Juros de arrendamento
Arrendamentos a pagar	359.535	-	337.347	-
Juros de arrendamento	-	(46.721)	-	(46.859)
Total	312.814	-	290.488	-
Circulante	27.291	-	32.428	-
Não circulante	285.523	-	258.060	-

11.2. Valores a receber - venda da CNP Capitalização S.A.

Como informado na nota 3.1, em 13 de setembro de 2022, a Icatu Seguros S.A. vendeu a participação societária de 49% na CNP Capitalização S.A. para a CNP Assurances S.A. e em 30 de janeiro de 2023 a operação foi totalmente concluída.

A negociação foi aprovada em 08 de novembro de 2022 pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e em 19 de janeiro de 2023 pelo órgão regulador, a SUSEP.

Em setembro de 2022, o investimento foi transferido para o ativo mantido para venda, mensurado a valor justo, e em 31 de dezembro de 2022 esse valor era de R\$192.784. A operação, como um todo, e pelas especificidades relacionadas, gerou uma despesa de R\$17.631 para a Companhia.

15. Obrigações a pagar

As principais obrigações a pagar são apresentadas a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	4	6.281
Participação nos lucros a pagar (a)	26.904	



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

	31/12/2022	31/12/2021
Comissões riscos emitidos diretos	24.906	21.868
Comissões a pagar e RVNE	50.983	49.500
Pró-labore emitido	6.825	4.693
Pró-labore a pagar	1.229	2.469
Outros	2.232	223
Total corretores de seguros e resseguros	86.175	78.753

18. Depósitos de terceiros

São prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, arrecadados pela Companhia, cujas apólices e certificados encontram-se em processo de emissão, e as parcelas de prêmios recebidas

encontram-se em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
1 até 30 dias	46.419	98.440
31 até 60 dias	1.939	914
61 até 120 dias	803	724
121 até 180 dias	207	977
181 até 365 dias	279	1.030
Mais de 365 dias	287	1.246
Total	49.934	103.331

19. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - seguros

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões técnicas - seguros	31/12/2022				31/12/2021			
	Pessoas	Vida individual	Vida com cobertura por sobrevivência	Total	Pessoas	Vida individual	Vida com cobertura por sobrevivência	Total
Circulante								
Prêmios não ganhos	334.377	3.167	-	337.544	248.466	3.348	-	251.814
Prêmios não ganhos - RVNE	69.664	27	-	69.691	58.110	78	-	58.188
Sinistros a liquidar administrativo	186.695	1.276	154	188.125	184.138	1.714	145	185.997
Sinistros a liquidar judicial	44.257	1.417	-	45.674	53.036	2.202	-	55.238
Sinistros ocorridos mas não avisados	281.718	4.680	-	286.398	235.839	3.975	-	239.814
Benefícios a conceder	2	53	3.642.837	3.642.892	1	15	3.481.336	3.481.352
Benefícios concedidos	-	21	9.153	9.174	-	20	7.827	7.847
Excedente financeiro	-	-	9	9	-	-	1	1
Provisão para despesas relacionadas	3.482	59	16	3.557	4.455	174	9	4.638
Excedente técnico	5.219	-	-	5.219	2.234	-	-	2.234
Resgates e/ou outros valores a regularizar	5	3.996	139.619	143.620	-	3.729	56.084	59.813
Complementar de cobertura	-	-	4	4	-	1	15	16
Total	925.419	14.696	3.791.792	4.731.907	786.279	15.256	3.545.417	4.346.952
Não Circulante								
Prêmios não ganhos	347.278	-	-	347.278	238.293	-	-	238.293
Sinistros a liquidar administrativo	3.824	26	-	3.850	2.613	24	-	2.637
Sinistros a liquidar judicial	135.882	4.351	-	140.233	121.145	5.030	-	126.175
Sinistros ocorridos mas não avisados	228.255	5.644	-	233.899	196.037	4.902	-	200.939
Benefícios a conceder	1.583	20.233	24.379.974	24.401.790	1.038	6.043	23.298.569	23.305.650
Benefícios concedidos	-	79	81.423	81.502	-	89	66.613	66.702
Excedente financeiro	-	-	5	5	-	-	4	4
Provisão para despesas relacionadas	6.443	130	168	6.741	6.242	359	91	6.692
Complementar de cobertura	-	2	36	38	-	4	277	281
Total	723.265	30.465	24.461.606	25.215.336	565.368	16.451	23.365.554	23.947.373
Total	1.648.684	45.161	28.253.398	29.947.243	1.351.647	31.707	26.910.971	28.294.325

Custos de aquisição diferidos - seguros	31/12/2022				31/12/2021			
	Pessoas	Vida individual	Vida com cobertura por sobrevivência	Total	Pessoas	Vida individual	Vida com cobertura por sobrevivência	Total
Circulante								
Circulante	181.837	3.192	3.178	188.207	134.698	1.915	2.812	139.425
Não circulante								
Não circulante	171.910	6.716	10.229	188.855	116.913	3.328	10.357	130.598
Total	353.747	9.908	13.407	377.062	251.611	5.243	13.169	270.023

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Constituições	Amortizações	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Provisões técnicas - seguros					
Prêmios não ganhos	490.107	324.537	(129.822)	-	684.822
Prêmios não ganhos - RVNE	58.188	71.432	(59.929)	-	69.691
Sinistros a liquidar	370.047	1.643.396	(1.658.313)	22.752	377.882
Sinistros ocorridos mas não avisados	440.753	2.741.004	(2.661.460)	-	520.297
Benefícios a conceder	26.787.002	10.724.281	(11.784.403)	2.317.802	28.044.682
Benefícios concedidos	74.549	18.761	(10.174)	7.540	90.676
Excedente financeiro	5	30	(27)	6	14
Provisão de despesas relacionadas	11.330	9.576	(10.608)	-	10.298
Excedente técnico	2.234	6.482	(3.497)	-	5.219
Resgates e/ou outros valores a regularizar	59.813	1.323.669	(1.240.100)	238	143.620
Complementar de cobertura	297	270	(525)	-	42
Total	28.294.325	16.863.438	(17.558.858)	2.348.338	29.947.243

	Saldo em 01/01/2021	Constituições	Amortizações	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2021
Provisões técnicas - seguros					
Prêmios não ganhos	240.909	301.502	(52.304)	-	490.107
Prêmios não ganhos - RVNE	39.276	79.496	(60.584)	-	58.188
Sinistros a liquidar	313.086	1.806.289	(1.778.338)	29.010	370.047
Sinistros ocorridos mas não avisados	368.961	2.657.212	(2.585.420)	-	440.753
Benefícios a conceder	24.890.789	14.237.431	(12.550.927)	209.709	26.787.002
Benefícios concedidos	64.411	10.571	(9.825)	9.392	74.549
Excedente financeiro	-	1	(4)	8	5
Provisão de despesas relacionadas	10.526	11.737	(10.933)	-	11.330
Excedente técnico	8.376	8.835	(14.977)	-	2.234
Resgates e/ou outros valores a regularizar	61.924	847.195	(849.953)	647	59.813
Complementar de cobertura	1.332	384	(1.419)	-	297
Total	25.999.590	19.960.653	(17.914.684)	248.766	28.294.325

	01/01/2021	Constituições	31/12/2021	Constituições	31/12/2022
Custo de aquisição diferido	134.400	135.623	270.023	107.039	377.062
Total	134.400	135.623	270.023	107.039	377.062

19.1. Análise de sensibilidade - seguros

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado. As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada e a premissa de 5% na sinistralidade mostrou-se suficiente para a cobertura das oscilações.

Abaixo, o resultado da análise de sensibilidade para as variações em sinistralidade, nos cenários estimados:

Variável	Coberturas de risco: Premissas	Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido			
		31/12/2022		31/12/2021	
		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistralidade	Aumento de 5% de sinistralidade	(29.159)	(27.021)	(25.462)	(21.214)
Sinistralidade	Redução de 5% na sinistralidade	29.159	27.021	25.462	21.214

20. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - previdência complementar

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

Provisões técnicas	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Prêmios não ganhos	770	2	772	614	2	616
Prêmios não ganhos - RVNE	31	-	31	23	-	23
Benefícios a conceder	2.450.606	16.400.213	18.850.819	2.270.861	15.197.305	17.468.166
Benefícios concedidos	56.684	479.144	535.828	50.408	406.558	456.966
Sinistros a liquidar administrativo	2.403	-	2.403	2.338	-	2.338
Sinistros a liquidar judicial	5.917	-	5.917	4.520	-	4.520
Excedente financeiro	1.067	5.910	6.977	838	5.490	6.328

	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Eventos ocorridos mas não avisados						
Prêmio de despesas relacionadas	2.785	-	2.785	2.681	-	2.681
Resgates e/ou outros valores a regularizar	105.256	-	105.256	55.814	-	55.814
Provisão complementar de cobertura	5.029	36.687	41.716	9.527	68.357	77.884
Total	2.630.890	16.924.445	19.555.335	2.397.817	15.679.105	18.076.922

Custo de aquisição diferidos	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Custo de aquisição diferidos	1.490	7.473	8.963	1.414	7.227	8.641
Total	1.490	7.473	8.963	1.414	7.227	8.641

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões técnicas	Atualização monetária				
	31/12/2021	Constituições	Reversões	monetária	31/12/2022
Prêmios não ganhos	616	671	(515)	-	772
Prêmios não ganhos - RVNE	23	47	(39)	-	31
Benefícios a conceder	17.468.166	5.356.882	(5.379.223)	1.404.994	18.850.819
Benefícios concedidos	456.966	112.192	(85.363)	52.033	535.828
Sinistro a liquidar	6.858	6.641	(5.720)	541	8.320
Excedente Financeiro	6.328	505	(779)	923	6.977
Eventos ocorridos mas não avisados	2.681	4.366	(4.262)	-	2.785
Provisão de despesas relacionadas	1.586	1.553	(308)	-	2.831
Resgates e/ou outros valores a regularizar	55.814	553.304	(505.760)	1.898	105.256
Provisão complementar de cobertura	77.884	71.122	(107.290)	-	41.716
Total	18.076.922	6.107.283	(6.089.259)	1.460.389	19.555.335

Provisões técnicas	Atualização monetária				
	01/01/2021	Constituições	Reversões	monetária	31/12/2021
Prêmios não ganhos	532	414	(330)	-	616
Prêmios não ganhos - RVNE	116	49	(142)	-	23
Benefícios a conceder	16.484.780	7.060.174	(6.221.911)	145.123	17.468.166
Benefícios concedidos	348.354	105.794	(71.363)	74.181	456.966
Sinistro a liquidar	4.341	3.573	(1.686)	630	6.858
Excedente financeiro	6.625	230	(571)	44	6.328
Eventos ocorridos mas não avisados	1.970	3.550	(2.839)	-	2.681
Provisão de despesas relacionadas	1.530	887	(831)	-	1.586
Resgates e/ou outros valores a regularizar	87.495	478.166	(516.122)	6.275	55.814
Provisão complementar de cobertura	50.166	76.997	(49.279)	-	77.884
Total	16.985.909	7.729.834	(6.865.074)	226.253	18.076.922

Custo de aquisição diferido	31/12/2022			31/12/2021		
	01/01/2021	Consti-tuições	Amortiza-ções	Consti-tuições	Amorti-zações	31/12/2022
Custo de aquisição diferido	8.430	657	(446)	8.641	791	(469)
Total	8.430	657	(446)	8.641	791	(469)

20.1. Análise de sensibilidade - previdência



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

O teste indicou impacto quanto ao aumento da taxa de juros e agravamento na taxa de sobrevivência, como a seguir:

Coberturas de acumulação/sobrevivência		Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido			
Variável	Premissas	31/12/2022		31/12/2021	
		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Conversão em renda	Aumento de 5% na premissa de conversão em renda	(2.085)	(2.085)	(2.560)	(2.560)
Conversão em renda	Redução de 5% na premissa de conversão em renda	2.085	2.085	2.514	2.514
Taxa de juros	Redução de 1% aa na taxa de desconto (ETTJ)	(17.588)	(17.588)	7.230	7.230
Taxa de juros	Aumento de 1% aa na taxa de desconto (ETTJ)	20.422	20.422	47.589	47.589
Sobrevivência	Agravo de 10% na taxa de sobrevivência	(7.925)	(7.925)	(15.104)	(15.104)
Sobrevivência	Redução de 10% na taxa de sobrevivência	6.954	6.954	14.260	14.260
Taxa de desistência	Redução de 10% na taxa de desistência	(1.902)	(1.902)	(2.571)	(2.571)
Taxa de desistência	Aumento de 10% na taxa de desistência	1.797	1.797	2.427	2.427

21. Desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento de sinistros bruto de resseguro está demonstrado a seguir:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	502.561	411.550	377.371	412.869	452.989	416.610	471.603	529.389	605.841	1.103.907	998.334	6.283.024
1 ano após o aviso	498.978	415.560	382.334	466.132	486.187	458.880	528.336	591.913	663.751	1.200.508	-	5.692.579
2 anos após o aviso	497.614	411.158	384.132	471.869	487.847	463.532	535.403	601.927	678.350	-	-	4.531.832
3 anos após o aviso	498.014	414.167	382.634	480.367	495.283	473.187	539.818	615.401	-	-	-	3.898.871
4 anos após o aviso	502.958	420.709	387.750	489.740	503.207	482.561	548.980	-	-	-	-	3.335.905
5 anos após o aviso	503.724	420.470	389.248	490.280	509.002	486.326	-	-	-	-	-	2.799.050
6 anos após o aviso	504.193	426.973	390.954	494.185	516.853	-	-	-	-	-	-	2.333.158
7 anos após o aviso	505.564	428.022	394.801	491.261	-	-	-	-	-	-	-	1.819.648
8 anos após o aviso	506.993	425.963	397.121	-	-	-	-	-	-	-	-	1.330.077
9 anos após o aviso	507.886	426.833	-	-	-	-	-	-	-	-	-	934.719
10+ anos após o aviso	505.337	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	505.337
Estimativa na data base (2021) (a)	505.337	426.833	397.121	491.261	516.853	486.326	548.980	615.401	678.350	1.200.508	998.334	6.865.304
Pagamentos efetuados (b)	499.569	413.882	383.060	471.403	487.861	465.840	523.987	585.948	659.745	1.181.875	811.900	6.485.070
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	5.768	12.951	14.061	19.858	28.992	20.486	24.993	29.453	18.605	18.633	186.434	380.234
Sinistros pendentes fora da análise *												5.968
Sinistros a liquidar total												386.202

* Os sinistros com aviso anteriores a 2012 e as rendas vencidas e não pagas estão contempladas no item 'Sinistros pendentes fora da análise'

O desenvolvimento de sinistros líquido de resseguro está demonstrado a seguir:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	498.115	403.336	363.078	392.756	421.662	385.994	424.042	479.664	557.341	1.026.988	932.398	5.885.374
1 ano após o aviso	492.984	403.303	365.211	440.253	451.296	423.389	474.803	543.951	623.474	1.127.414	-	5.346.078
2 anos após o aviso	490.843	398.598	366.225	443.927	451.604	427.315	480.494	552.462	636.614	-	-	4.248.082
3 anos após o aviso	491.397	401.353	364.711	449.274	457.289	433.995	485.243	564.246	-	-	-	3.647.508
4 anos após o aviso	496.109	406.791	367.107	455.518	462.768	439.312	493.304	-	-	-	-	3.120.909
5 anos após o aviso	496.575	407.017	368.200	458.775	467.059	443.193	-	-	-	-	-	2.640.819
6 anos após o aviso	497.134	408.182	368.790	460.599	471.359	-	-	-	-	-	-	2.206.064
7 anos após o aviso	498.250	409.926	370.276	458.822	-	-	-	-	-	-	-	1.737.274
8 anos após o aviso	499.509	408.566	368.755	-	-	-	-	-	-	-	-	1.276.830
9 anos após o aviso	500.389	410.466	-	-	-	-	-	-	-	-	-	910.855
10+ anos após o aviso	498.017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	498.017
Estimativa na data base (2021) (a)	498.017	410.466	368.755	458.822	471.359	443.193	493.304	564.246	636.614	1.127.414	932.398	6.404.588
Pagamentos efetuados (b)	492.483	398.668	362.267	442.268	449.064	427.228	472.269	539.761	622.301	1.109.085	765.883	6.081.277
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	5.534	11.798	6.488	16.554	22.295	15.965	21.035	24.485	14.313	18.329	166.515	323.311
Sinistros pendentes fora da análise *												5.968
Sinistros a liquidar total												329.279

* Os sinistros com aviso anteriores a 2012 e as rendas vencidas e não pagas estão contempladas no item 'Sinistros pendentes fora da análise'

22. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas - Seguros e previdência	49.502.578	46.371.247
Ajustes:		
Depósito judicial	(5.466)	(6.322)
Direito creditório	(81.066)	(71.751)
Custos de aquisição diferidos (reduzidos)(a)	(279.796)	(184.875)
Provisões técnicas - Resseguros (reduzidos)(b)	(89.214)	(80.499)
Efeito monetário (c)	-	39.403
Total a ser coberto	49.047.036	46.067.203
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Debêntures	9.410	9.178
Letras financeiras	107.783	102.494
Depósito a prazo com garantia especial	-	11.712
Quotas de fundos de investimento - Exclusivos	48.692.387	45.975.018
Quotas de fundos de investimento - Não Exclusivos	384.640	276.765
Equivalente de caixa	11.302	4.608
Total dos ativos vinculados	49.205.522	46.379.775
Ativos bloqueio judicial - Não vinculado a cobertura de reserva	3.286	4.023
Total de aplicações (d)	49.208.808	46.383.798
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	158.486	312.572

(a) Custos de aquisição diferidos: Circulante R\$ 189.697 e não circulante R\$ 196.328, total R\$ 386.025 sendo redutores R\$ 279.796 e não redutores R\$ 106.229.

(b) Ativos de resseguro: Circulante R\$ 87.649 e não circulante R\$ 43.028, total de R\$ 130.677 sendo redutores R\$ 89.214 e não redutores R\$ 41.463.

(c) Os títulos mantidos até o vencimento são apresentados pelo valor de mercado, sendo R\$ 29.464 menor que o valor contábil (R\$ 53.844 maior que o valor contábil em 31/12/2021) (nota 5.1).

23. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

23.1. Provisão de sinistros a liquidar judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados a contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na rubrica "Provisão de sinistros a liquidar", no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização (Notas 19 e 20). Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que estão ligados a contratos existentes:

	31/12/2022		31/12/2021			
	Valor	Valor	Valor	Valor		
Probabilidade de perda	Quantidade	estimado	provisionado	Quantidade	estimado	provisionado
Provável	922	145.735	145.735	887	143.099	143.099
Possível	2.767	377.005	-	2.448	343.868	-
Remota	36	7.229	-	51	11.296	-
Total	3.725	529.969	145.735	3.386	498.263	143.099

Abaixo, a movimentação das provisões judiciais relacionadas a sinistros e benefícios, registradas como Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial:

	Saldo em 01/01/2021		Atualização monetária		Saldo em 31/12/2021		Atualização monetária		Saldo em 31/12/2022	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
PSL										
Judicial	143.805	39.322	24.702 (64.730)		143.099	53.279	10.307 (60.950)		145.735	
Total	143.805	39.322	24.702 (64.730)		143.099	53.279	10.307 (60.950)		145.735	

23.2. Outras provisões judiciais

Refere-se ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas demais causas cíveis, causas trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados.

As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante na rubrica "Outros Débitos", conforme demonstrado a seguir:

Causas cíveis - não relacionadas a sinistros/benefícios						
	31/12/2022		31/12/2021			
	Valor	Valor	Valor	Valor		
Probabilidade de perda	Quantidade	estimado	provisionado	Quantidade	estimado	provisionado
Provável	509	10.440	10.440	566	9.919	9.919
Possível	818	102.988	-	788	83.680	-
Remota	26	4.583	-	34	1.430	-
Total	1.353	118.011	10.440	1.388	95.029	9.919

Causas trabalhistas						
	31/12/2022		31/12/2021			
	Valor	Valor	Valor	Valor		
Probabilidade de perda	Quantidade	estimado	provisionado	Quantidade	estimado	provisionado
Provável	19	2.269	2.269	24	2.757	2.757
Possível	20	5.970	-	23	8.671	-
Remota	-	-	-	2	2.125	-
Total	39	8.239	2.269	49	13.553	2.757

	Causas fiscais					
	31/12/2022		31/12/2021		Valor	Valor
	Valor	Valor	Valor	Valor		
Probabilidade de perda	Quantidade	estimado	provisionado	Quantidade	estimado	provisionado
Provável	12	717	717	11	689	689
Possível	48	35.897	-	48	38.415	-
Remota	2	211	-	2	286	-
Total	62	36.825	717	61	39.390	689

Abaixo, a movimentação das provisões judiciais não relacionadas a sinistros e benefícios:

	Saldo em 01/01/2021		Atualização monetária		Saldo em 31/12/2021		Atualização monetária		Saldo em 31/12/2022	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Cíveis	8.698	9.745	(2.610)	(5.914)	9.919	7.285	805	(7.569)	10.440	
Trabalhistas	3.249	2.066	(260)	(2.298)	2.757	208	(348)	(348)	2.269	
Fiscais	1.144	44	112	(611)	689	8	20	-	717	
Total	13.091	11.855	(2.758)	(8.823)	13.365	7.501	477	(7.917)	13.426	

23.3. Outras contas a pagar

Nesta rubrica são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial, conforme composição a seguir:



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

24.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, as reservas de lucros de R\$ 1.207.998 (R\$ 1.022.867 em 31 de dezembro de 2021), são compostas por:

(i) A reserva legal de R\$ 128.070 (R\$ 118.070 em 31 de dezembro de 2021) é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o valor atinja 20% do capital social ou 30% da reserva legal mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor.

(ii) A Reserva Estatutária de R\$ 1.022.951 (R\$ 552.022 em 31 de dezembro de 2021), contém o montante da Reserva Estatutária Especial a seguir detalhada, e sua constituição contém o lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para Reserva Legal, dividendos e juros sobre o capital próprio, quando aplicáveis, observando os limites legais de teto, e tem como objetivo, principalmente, a expansão de negócios, como a aquisição de balcões de vendas, carteiras de produtos, empresas, investimentos em tecnologia.

Adicionalmente, nas Assembleias Gerais Ordinárias de março de 2022 e de 2021, os acionistas acionaram o Artigo 202, parágrafos 4º e 5º da Lei 6.404 de 1976 e constituíram R\$ 18.756 e R\$ 69.438 em Reservas Estatutárias referentes a retenção dos dividendos obrigatórios e adicionais dos exercícios de 2021 e de 2020, respectivamente, objetivando reforçar o caixa da Companhia para a realização de investimentos extraordinários.

24.3. Reservas de capital

As Reservas de Capital de R\$ 35.577 são compostas por Reserva de Ágio na Subscrição de Ações no valor de R\$ 34.659 e Outras Reservas de Capital no valor de R\$ 918.

24.4. Distribuição de resultados e política anual de distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação em vigor.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido no ano	285.131	78.473
Constituição de reserva legal	(10.000)	(3.451)
Base para distribuição de dividendos	275.131	75.022
Dividendo mínimo obrigatório	68.783	18.756
Dividendos intermediários pagos	100.000	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-
Constituição de reserva especial de dividendos	-	-
Com lucros do exercício	-	75.022
Constituição de reserva estatutária	206.348	-
Baixa de reserva especial de dividendos	-	-
Com reserva especial de dividendos - Dividendos de exercícios anteriores	31.217	-

24.5. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 71.023 (R\$ 115.413 em 31 de dezembro de 2021).

25. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Icatu Capitalização S.A. (Controlada) (a) (b)	12.740	19.125	-	-	11.429	20.951	(23.922)	(23.696)
Icatu Assessoria S.A. (Coligada) (b)	11.007	13.728	-	-	126.932	124.157	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Controlada) (b)	135	491	-	-	4.312	6.946	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b) (c)	244	-	(41)	(23)	3.206	4.406	(403)	(206)
Ilumbiara Participações Ltda. (Controlada) (b)	-	-	-	-	206	34	-	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) (b)	5	-	-	-	-	2	-	-
Icatu Consultoria de Investimentos S.A. (Controlada) (b) (h)	489	262	-	-	2.531	741	-	-
VanguardaCap Capitalização S.A. (Controlada) (b)	329	-	(329)	-	3	30	-	-
Rio Grande Capitalização S.A. (Controlada) (a)	1.175	-	-	-	-	1.809	(4.215)	(6.414)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) (f)	2.679	8.044	(7.870)	(10.663)	56.076	60.998	(124.603)	(131.476)
XS4 Capitalização (e)	-	7.026	-	-	-	-	-	-
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Ligada) (g)	-	-	-	-	-	-	(3.954)	(1.717)
Brasilcap Capitalização S.A. (Coligada) (h)	3.381	139	-	-	-	-	-	-
Administradores/Acionistas (Outros) (d)	-	-	-	-	-	-	(19.944)	(16.464)
Caixa Capitalização S.A. (Coligada) (h)	-	12.511	-	-	-	-	-	-
Total	32.184	61.326	(8.240)	(10.686)	204.695	220.074	(177.041)	(179.973)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- (a) Aquisição de títulos de capitalização – Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia.
- (b) Reembolsos de custos administrativos, referem-se a rateio de despesas comuns a Companhia, suas controladas e ligadas, os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes.
- (c) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda;
- (d) Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros. Remuneração paga aos Administradores, registrada na rubrica "Despesas Administrativas", referentes a remuneração e benefícios de curto e longo prazo.
- (e) Reembolso de despesas pré-operacionais do projeto Caixa CAP.
- (f) A Companhia mantém acordo operacional de cosseguro com sua controlada indireta Companhia Rio Grande. Os valores do "contas a pagar" são liquidados nos meses subsequentes.
- (g) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários.
- (h) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da companhia.

26. Principais ramos de atuação - seguros

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramo	31/12/2022		Índice de comissionamento		31/12/2021		Índice de comissionamento	
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade
Vida em grupo	1.463.435	49,41%	1.222.049	73,6%	456.697	54,9%	180.823	30,7%
Prestamistas	560.076	31,27%	470.58	20,1%	456.697	54,9%	180.823	30,7%
Acidentes pessoais	248.971	37,32%	180.823	30,0%	180.823	30,0%	180.823	30,7%
Vida individual	58.886	12,04%	47.058	20,1%	47.058	20,1%	47.058	26,8%
Outros	249.612	36,07%	169.368	57,7%	169.368	57,7%	169.368	28,7%
Total	2.580.980	42,17%	2.075.995	63,2%	2.075.995	63,2%	2.075.995	32,5%

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo:

Ramos	Prêmio direto líquido de cosseguro		Prêmio cedido resseguro		Seguro (-) resseguro prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Vida em grupo	1.436.161	1.200.912	24.261	36.430	1.411.900	1.164.482	98,3%	97,0%	1,7%	3,0%
Prestamistas	680.085	602.096	13.944	19.957	666.141	582.139	97,9%	96,7%	2,1%	3,3%
Acidentes pessoais	286.675	250.273	5.637	5.402	281.038	244.871	98,0%	97,8%	2,0%	2,2%
Vida individual	72.178	52.366	13.162	10.908	59.016	41.458	81,8%	79,2%	18,2%	20,8%
Outros	278.082	195.584	13.741	11.365	264.341	184.219	95,1%	94,2%	4,9%	5,8%
Total	2.753.181	2.301.231	70.745	84.062	2.682.436	2.217.169	97,4%	96,3%	2,6%	3,7%

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	31/12/2022	31/12/2021
Total	70.745	84.834
Resseguradora local	38.592	76.976
Resseguradora admitida	31.921	7.858
Resseguradora eventual	232	-

27. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

27.1. Prêmios ganhos - seguros

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	2.792.259	2.334.328
Prêmios emitidos direto	2.982.558	2.532.725
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	8.837	7.962
Prêmios cosseguro cedido a congêneres	(229.377)	(231.494)
Prêmio riscos vigentes não emitidos	30.241	25.135
Contribuições para cobertura de riscos	14.581	12.078
Receitas de contribuições planos repartição simples	7.102	5.857
Receitas de contribuições planos de renda	7.479	6.221
Varição das provisões técnicas	(225.860)	(270.411)
Varição das provisões técnicas	(225.860)	(270.411)
Total	2.580.980	2.075.995

27.2. Sinistros ocorridos - seguros

	31/12/2022	31/12/2021
Indenizações avisadas	(1.045.751)	(1.263.054)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(79.176)	(72.140)
Despesas com sinistros	(3.880)	(3.927)
Despesas com benefícios-seguro vida individual (-) VGBl	(5.533)	(7.548)
Recuperação de indenizações	57.786	57.010
Outras despesas com sinistros	(11.749)	(8.047)
Total	(1.088.303)	(1.297.706)

24.6. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o Capital Base (CB) e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível.

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido (a)	1.812.902	1.583.381
Ajustes contábeis (b)	(1.290.751)	(1.017.506)
Participação coligadas e controladas	(456.036)	(456.005)
Despesas antecipadas	(1.442)	(163)
Créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa	(98.130)	(123.654)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(66.081)	(56.322)
Ativos intangíveis	(402.285)	(318.556)
Obras de arte	(92)	(92)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(73.901)	(62.714)
Créditos de alienação de ativo	(192.784)	-
Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	132.452	66.278
Diferença entre valor mercado e valor dos ativos fin. mantidos até o vencimento	(24.501)	21.672
Redução no TAP referente a diferença de marcação dos ativos vinculados	-	(21.672)
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	1.153	-
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	155.800	66.278
Subtotal PLA - nível	654.603	632.153
PLA Nível I	410.107	486.706
PLA Nível II	156.953	66.278
PLA Nível III	87.543	79.169
Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (e)	(89)	-
PLA (Total) = PL + Ajust. cont.+ Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3 (e = a+b+c+d)	654.514	632.153
Capital Base (CB) (a)	15.000	15.000
Capital de risco de crédito	45.610	50.466
Capital de risco de subscrição	480.414	432.346
Capital de risco - mercado	108.863	89.180
Capital de risco - redução por correlação	(91.496)	(81.308)
Capital de risco - operacional	39.632	37.112
Capital de risco (CR)(b)	583.023	527.796
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	583.023	527.796
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA	654.514	632.153
(-) Exigência de capital - CMR	(583.023)	(527.796)
Suficiência de capital - R\$	71.491	104.357
Suficiência de capital (% da EC)	112%	120%

27.3. Custo de aquisição - seguros

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Icatu Capitalização S.A. (Controlada) (a) (b)	12.740	19.125	-	-	11.429	20.951	(23.922)	(23.696)
Icatu Assessoria S.A. (Coligada) (b)	11.007	13.728	-	-	126.932	124.157	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Controlada) (b)	135	491	-	-	4.312	6.946	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b) (c)	244	-	(41)	(23)	3.206	4.406	(403)	(206)
Ilumbiara Participações Ltda. (Controlada) (b)	-	-	-	-	206	34	-	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) (b)	5	-	-	-	-	2	-	-
Icatu Consultoria de Investimentos S.A. (Controlada) (b) (h)	489	262	-	-	2.531	741	-	-
VanguardaCap Capitalização S.A. (Controlada) (b)	329	-	(329)	-	3	30	-	-
Rio Grande Capitalização S.A. (Controlada) (a)	1.175	-	-	-	-	1.809	(4.215)	(6.414)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) (f)	2.679	8.044	(7.870)	(10.663)	56.076	60.998	(124.603)	(131.476)
XS4 Capitalização (e)	-	7.026	-	-	-	-	-	-
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Ligada) (g)	-	-	-	-	-	-	(3.954)	(1.717)
Brasilcap Capitalização S.A. (Coligada) (h)	3.381	139	-	-	-	-	-	-
Administradores/Acionistas (Outros) (d)	-	-	-	-	-	-	(19.944)	(16.464)
Caixa Capitalização S.A. (Coligada) (h)	-	12.511	-	-	-	-	-	-
Total	32.184	61.326	(8.240)	(10.686)	204.695	220.074	(177.041)	(179.973)

- (a) Aquisição de títulos de capitalização – Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia.
- (b) Reemb



ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

27.7. Variação das outras provisões técnicas - previdência

	31/12/2022	31/12/2021
PPNG - Planos repartição simples	(111)	(21)
PPNG - Planos repartição simples RVNE	(4)	38
PPNG - Planos renda	(44)	(61)
PPNG - Planos renda RVNE	(4)	52
PVR - Planos renda	(3.493.755)	(2.844.363)
Despesas com benefícios e resgates	(82.882)	(96.966)
Outras provisões	26.132	(36.050)
Total	(3.550.668)	(2.977.371)

27.8. Custo de aquisição - previdência

	31/12/2022	31/12/2021
Comissões sobre prêmio emitido	(55.183)	(66.504)
Despesas com pró-labore	(42.099)	(38.319)
Outras despesas de comercialização	(19.532)	(8.877)
Total	(116.814)	(113.700)

27.9. Despesas administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal próprio	(190.563)	(147.787)
Serviços de terceiros	(90.192)	(79.181)
Localização e funcionamento	(146.230)	(137.719)
Publicidade e propaganda	(35.529)	(27.572)
Publicações	(282)	(462)
Donativos e contribuições	(2.418)	(697)
Despesas administrativas diversas	31.167	57.232
Total	(434.047)	(336.186)

27.10. Despesas com tributos

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos	(2.536)	(1.466)
COFINS	(70.982)	(14.577)
PIS	(11.543)	(2.380)
Taxa de fiscalização	(5.181)	(4.635)
Outras despesas com tributos	(362)	(407)
Total	(90.604)	(23.465)

27.11. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Categoria - Disponível para Venda	78.711	159.979
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	78.711	159.979
Categoria - Mantidos até o vencimento	133.661	209.381
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	133.661	209.381
Categoria - valor justo por meio do resultado	5.613.021	2.548.906
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	5.598.405	2.544.599
Títulos de renda fixa	14.616	4.307
Outras receitas financeiras	30.529	2.494
Total - receitas financeiras	5.855.922	2.920.760
Categoria - valor justo por meio do resultado	(1.911.252)	(2.278.176)
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	(1.911.252)	(2.278.176)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - previdência	(1.459.772)	(225.911)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - seguros	(2.346.561)	(246.278)
Outras despesas financeiras	(34.158)	(10.016)
Total - despesas financeiras	(5.751.743)	(2.760.381)
Total	104.179	160.379

28. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos	386.698	386.698	(5.839)	(5.839)
Participação nos lucros e resultados	(16.539)	(16.539)	(7.980)	(7.980)
Base de cálculo	370.159	370.159	(13.819)	(13.819)
Adições	319.391	319.391	158.010	158.010
Adição permanente	48.013	48.013	3.205	3.205
Doações e patrocínios indedutíveis	1.480	1.480	-	-
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	14.082	14.082	14.021	14.021
Provisão para excedente técnico	16.714	16.714	20.325	20.325
Outras provisões	54.744	54.744	27.304	27.304
Participação nos lucros e resultados	24.888	24.888	12.037	12.037
Juros sobre o capital próprio	6.182	6.182	-	-
Tributos e contribuições em quest. judicial	68.705	68.705	72.183	72.183
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	14.582	14.582	8.935	8.935
Resultado de outras operações	70.001	70.001	-	-
Exclusões	(459.250)	(455.563)	(414.455)	(410.953)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(14.021)	(14.021)	(13.728)	(13.728)
Provisão para excedente técnico	(20.326)	(20.326)	(19.310)	(19.310)
Outras provisões	(43.547)	(39.860)	(31.170)	(27.668)
Equivalência patrimonial	(238.679)	(238.679)	(218.283)	(218.283)
Tributos e contribuições em quest. judicial	(83.287)	(83.287)	(69.388)	(69.388)
Participação nos lucros e resultados	(22.785)	(22.785)	(25.710)	(25.710)
PIS e COFINS diferidos	(4.084)	(4.084)	(36.866)	(36.866)
Arrendamento mercantil	(32.521)	(32.521)	-	-
Resultado ajustado	230.300	233.987	(270.264)	(266.762)
Compensação prej. fiscal / base negativa	(69.090)	(70.196)	-	-
Lucro após as compensações	161.210	163.791	(270.264)	(266.762)
Alíquotas oficiais	15% + 10%	15% + 1%	15% + 10%	15% + 5%
Despesas com IRPJ/CSLL	(39.311)	(25.450)	-	-
Incentivos fiscais	1.515	-	-	-
Constituição/(reversão) de créditos tributários	(13.510)	(8.272)	57.957	34.335
Despesas com IRPJ/CSLL	(51.306)	(33.722)	57.957	34.335
Alíquota efetiva - Resultado antes dos impostos	(13,86%)	(9,11%)	(419,40%)	(248,46%)

Com fim da vigência da Medida Provisória Nº 1.115, a alíquota da CSLL passará de 16% para 15% a partir de 1º de janeiro de 2023.

29. Eventos subsequentes

29.1. CNP Capitalização S.A.

A Companhia concluiu a operação de venda da participação societária de 49% na CNP Capitalização S.A., com o recebimento integral do valor de venda em 30 de janeiro de 2023. Na nota explicativa 11.2 há maiores detalhes da operação.

Conselho de administração

Presidente

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros

Luís Antonio Nabuco de Almeida Braga Luciano Soares

Diretoria

Diretor-Presidente

Luciano Snel Corrêa

Diretores

Alexandre Petrone Vilardi César Luiz Salazar Saut Marcio de Moraes Palmeira Rachel Ferreira Bonel

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira - CRC RJ 076168/O-7

Atuária

Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1.394

Relatório do Auditor Independente sobre às Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Seguros S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros e de previdência

Veja Notas 3.14, 19 e 20 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.14, 19 e 20 às demonstrações financeiras, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e de previdência privada: Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG - RVNE") e Provisão Complementar de Cobertura ("PCC"), sendo esta última constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado pelo teste de adequação de passivos.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> - entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG - RVNE") e do teste de adequação dos passivos. - conciliação dos registros analíticos suporte da PMBaC, do IBNR e da PPNG - RVNE com os respectivos saldos contábeis. - teste, com base em amostragem, da precisão das bases estatísticas utilizadas no cálculo da PMBaC, IBNR e PPNG - RVNE, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos certificados, avisos de sinistros e apólices, respectivamente. - com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial: (i) efetuamos, com base em amostragem, recálculo da PMBaC de acordo com as condições contratuais, incluindo atualização monetária; e (ii) avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas, tais como expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas, projeções de prêmios e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG - RVNE e no teste de adequação dos passivos, bem como efetuamos recálculo independente das referidas provisões técnicas e do teste de adequação dos passivos partindo das bases de dados operacionais da Companhia. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.
Tais provisões técnicas, bem como o teste de adequação de passivos, efetuados com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser

que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Resumo do relatório do comitê de auditoria exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Ao Conselho de Administração da Icatu Seguros S.A.

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (Comitê) da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas Icatu Capitalização S.A., Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e Vanguardacap Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. (doravante referidas em seu conjunto como "demais empresas supervisionadas"), foi constituído e funciona de acordo com as normas emanadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especificamente a Resolução CNSP 432/21 e suas alterações, bem como o estatuto social da Icatu Seguros S.A. e seu regimento interno.

ATRIBUIÇÕES

O Comitê tem entre suas principais atribuições assessorar o Conselho de Administração (i) na revisão das demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, previamente à sua divulgação, inclusive as notas explicativas, o relatório da Administração e o relatório dos auditores contábil e atuarial independentes sobre essas demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, (ii) no cumprimento das disposições legais e regulamentárias, (iii) na verificação da qualificação, independência e atuação dos auditores contábil e atuarial independentes, (iv) na atuação da auditoria interna e (v) nas atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos.

É responsabilidade dos Administradores a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, bem como a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações financeiras.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas dos Administradores, dos auditores contábil e atuarial independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, compliance e de controles internos, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e verificações efetuadas pelo Comitê.

ATIVIDADES DO COMITÊ

As principais atividades e trabalhos desenvolvidos pelo Comitê foram:
- Reuniões com executivos e profissionais das áreas de Operações, Controladoria, Contabilidade, Tributária, Financeira, Atuarial, Tecnologia e Segurança da informação, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, Auditoria Interna, Privacidade e Ouvidoria.

- Revisão do plano anual, acompanhamento dos trabalhos e dos relatórios emitidos pela Auditoria Interna. O Comitê acompanhou, também, a implantação dos planos de ação propostos para mitigação das deficiências ou oportunidades de melhorias nos controles internos identificadas pela Auditoria Interna.

- Avaliação da independência, do planejamento, da execução e resultado dos trabalhos realizados pelos auditores independentes. O Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas em 31 de dezembro de 2022, bem como os emitidos sobre controles internos, cumprimento de dispositivos legais e regulatórios e divulgação de informações contábeis, assim como a implantação das ações propostas para melhoria dos procedimentos e do ambiente de controles internos.

- Revisão dos relatórios emitidos pela Ouvidoria sobre as atividades realizadas no segundo semestre de 2021 e do primeiro semestre de 2022, bem como a avaliação dos correspondentes resultados apresentados.

- Acompanhamento das atividades executadas pelos Administradores relacionadas com a avaliação e gerenciamento de riscos, gestão do sistema de controles internos e cumprimento dos normativos internos e externos.

- O Comitê também acompanhou, junto às áreas responsáveis, as ações desenvolvidas para implantação dos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, resultados da avaliação da aplicação de procedimentos de prevenção a fraudes e apuração de reflexos nas demonstrações financeiras. As definições do Appetite a Riscos foram revisadas pelo Comitê, com acompanhamento dos enquadramentos durante o exercício. A Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas encontram-se dentro dos limites do Appetite a Riscos em 31 de dezembro de 2022.

- Avaliação da independência, do planejamento, da execução e do resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores atuariais independentes quanto à adequação das provisões técnicas e correspondentes ativos de cobertura, assim como dos correspondentes pareceres emitidos.

- Reuniões realizadas com o Diretor Presidente e outros membros da Diretoria quando apresentou sugestões para o aprimoramento dos controles internos e gestão de riscos.

- Os resultados dos trabalhos foram reportados ao Conselho de Administração nas reuniões semestrais para aprovação da divulgação das demonstrações financeiras. Não foram identificados fatos relevantes ou recomendações específicas a serem reportadas ao Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Considerando os resultados das atividades desenvolvidas, incluindo a revisão das demonstrações financeiras e as correspondentes notas explicativas, bem como o resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes contábil e atuarial, referentes ao exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, o Comitê de Auditoria entende que os sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos das empresas estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das suas operações, a aderência com os normativos internos, legais e regulatórios e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação para divulgação das demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023.

Maria Salete Garcia Pinheiro

Presidente do Comitê

Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo

Membro do Comitê

Cristina Maria Cantanhede de Amarante Biasotto Mano

Membro do Comitê

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Seguros S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Icatu Seguros S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Icatu Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise

dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Icatu Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências não materiais na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Sinistros e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Companhia um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023.
Joel Garcia
Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0002-36
R. do Passeio, nº 38 - 20021-290
Rio de Janeiro – RJ – Brasil

**Anexo I
Icatu Seguros S.A.
(em milhares)**

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2022
Total de provisões técnicas auditadas	49.502.578
Total de ativos de resseguro	130.677
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros sem redução da RvR	54.755
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2022
Provisões Técnicas auditadas (a)	49.502.578
Valores redutores auditados (b)	455.542
Total a ser coberto (a-b)	49.047.036
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2022
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	583.023
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	583.023
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2022
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	654.514
Ajustes Econômicos do PLA	132.452
Exigência de Capital (CMR) (b)	583.023
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	71.491
Ativos Garantidores (d)	49.205.522
Total a ser Coberto (e)	49.047.036
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	158.486
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2022
0990, 1390	400
1329, 1383, 1384, 1391	1.200
0977, 0982, 1061, 1065, 1198, 1381	2.000
0929, 0984, 0987, 0993, 2293	6.000



O Diário Comercial oferece um atendimento ágil e o melhor custo-benefício.



Fale com quem entende de Publicidade Legal.

- Atas
- Balanços
- Editais
- Avisos
- Comunicados
- Fatos Relevantes



www.diariocomercial.com.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/513D-055B-33CD-8E78> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 513D-055B-33CD-8E78



Hash do Documento

6EA6E29D6C538783300F321054212BE4A7CA0CE1E5B7FFAFD2A9F42D4DB42849

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em 25/02/2023 21:47 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03

